



INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

AUTORES: CELSO CASTRO E JULIANA MARQUES
COLABORAÇÕES E VERSÕES ANTERIORES: BERNARDO BUARQUE DE HOLANDA;
JÚLIA O'DONNELL; TATIANA SICILIANO; VIVIAN FONSECA; MARINA MACHADO

Sumário

Interpretações do Brasil

1 APRESENTAÇÃO DO CURSO	3
PARTE I — OLHARES ESTRANGEIROS SOBRE O BRASIL	6
2. VON MARTIUS, O PRIMEIRO INTÉRPRETE DA NAÇÃO IMAGINADA.....	6
3 — O DISCURSO RACIALISTA E CONSTRUÇÃO DO BRASIL COMO UM PAÍS MESTIÇO	12
4 — NINA RODRIGUES E O “PROBLEMA” NEGRO	20
5 — BRANQUEAR COMO SOLUÇÃO: OLIVEIRA VIANA E A DEFESA DO BRANQUEAMENTO.	29
6 — UMA VISÃO POSITIVA SOBRE A MISTIÇAGEM: GILBERTO FREYRE E A INFLUÊNCIA CULTURALISTA DO ANTROPÓLOGO FRANZ BOAS.....	33
7 — GILBERTO FREYRE — UMA NOVA VISÃO SOBRE O BRASIL	37
 PARTE II — OS DOIS BRASIS.....	47
8 — <i>OS SERTÕES</i> : O DILEMA ENTRE OS DOIS BRASIS.....	47
9 — AS BASES DO PENSAMENTO SANITARISTA E O ENGAJAMENTO DE MONTEIRO LOBATO ATRAVÉS DE JECA TATU	52
10 — O BRASIL DOS “CORONÉIS” E O PACTO POLÍTICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	57
11 — O BRASIL DA FOME	61
 PARTE III — ESTRUTURAS SOCIOPOLÍTICAS E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS DO BRASIL.....	66
12 — SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E AS “RAÍZES DO BRASIL”	66
13 — CAIO PRADO JÚNIOR E A VISÃO MARXISTA SOBRE O BRASIL	70
17 — CELSO FURTADO E OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	74
15 — TEORIA DA NOVA DEPENDÊNCIA: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ENZO FALETTO	77
18 — ROBERTO DAMATTA E O QUE FAZ DO BRASIL, O BRASIL?	79



1 APRESENTAÇÃO DO CURSO

1.1 OBJETIVOS E CONCEPÇÃO DO CURSO

Interpretar: traduzir, ajuizar da intenção, do sentido. Este curso tem por objetivo apresentar algumas das principais interpretações feitas sobre o Brasil. O que caracteriza o Brasil, tornando-o diferente de outras nações? Quais são os marcos de referência para a construção de nossa identidade nacional? Qual a natureza de nossos principais dilemas? Ao longo da existência do Brasil como nação independente, vários autores se propuseram a responder a essas questões, com diferentes respostas.

Um curso com esse perfil pode ser estruturado de muitas maneiras diferentes. Por isso, é importante apresentar desde logo as opções básicas feitas para a montagem do programa:

- Ao invés de um levantamento enciclopédico e exaustivo de temas, autores, obras e tradições intelectuais, o que se pretende é concentrar a discussão em torno de certas questões centrais presentes nas obras de alguns de nossos intérpretes — autores como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Vítor Nunes Leal, Celso Furtado e Roberto Da Matta, dentre outros. Procurou-se, na medida do possível, preservar, na montagem do curso, a diversidade de interpretações sobre o Brasil.
- O curso privilegia o contato direto do aluno com os textos originais dos “intérpretes do Brasil”. Com isso, evita-se a tendência a reproduzir opiniões conhecidas de segunda mão, através de comentadores. Embora o professor seja responsável por contextualizar o que está sendo lido e fornecer informações que não estão contidas nos próprios textos, o curso sugere que os alunos façam suas próprias leituras. Pretende-se também, com isso, estimular a leitura desse tipo de literatura. O curso é, sem dúvida, informativo; mas pretende, acima de tudo, ser formativo — isto é, desenvolver o gosto pela leitura de nossos intérpretes.
- Embora se faça um esforço no sentido de contextualizar historicamente as obras e autores examinados no curso, buscar-se-á também, sempre que possível, refletir sobre a atualidade do que está sendo lido. As “interpretações do Brasil” não dizem respeito a uma “arqueologia” das ideias: elas permanecem vivas, embora nem sempre com a mesma configuração. Não se pretende, é claro, que no espaço de um semestre o aluno se torne habilitado a ter opiniões próprias e originais sobre essas questões, mas sim municiá-lo para que comece a construir uma



consciência crítica sobre esses temas. Além disso, espera-se colaborar para que o aluno reconheça em questões debatidas na atualidade e no senso comum, a repercussão de algumas obras e autores aqui examinados.

- O curso está centrado em autores geralmente incluídos na tradição de estudos sobre o que se costuma chamar “pensamento social brasileiro”, isto é, a produção acadêmica de cientistas sociais sobre a realidade nacional.
- Com o objetivo de mostrar que as interpretações do Brasil repercutem para além do mundo acadêmico, também foram incluídas textos e produções artísticas (como na literatura, no cinema e na música) sobre as quais essas interpretações tiveram alguma influência. O objetivo é mostrar que as “interpretações do Brasil” circulam não apenas no mundo acadêmico, mas também no universo artístico-cultural mais amplo. Obras produzidas num determinado campo repercutem sobre outros, numa relação de circularidade. Essas interpretações também passam para o senso comum, alimentando opiniões, muitas vezes tidas como “naturais” pelas pessoas que as emitem. Um objetivo do curso será justamente ajudar a desnaturalizar algumas dessas ideias, apresentando o contexto de sua produção.
- Privilegiou-se a inclusão de textos considerados clássicos em relação aos temas abordados. Para tanto, partiu-se menos de avaliações subjetivas sobre a qualidade intrínseca de determinada obra — embora esse aspecto não tenha sido, de forma alguma, desprezado —, do que do fato de que se tornaram referências obrigatórias, incorporando-se à tradição de estudos sobre a cultura e a sociedade brasileiras.

O que é o pensamento social brasileiro? Um conjunto de idéias sobre as identidades do Brasil, produzidas por intelectuais que se destacaram ao interpretar a singularidade do país a partir de diferentes ângulos, seja econômico, social, jurídico, histórico ou cultural. São considerados grandes nomes do pensamento social brasileiro — Gilberto Freyre, Victor Nunes Leal, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado. Para saber mais consulte: a) IANNI, Octávio. *Pensamento Social no Brasil*. São Carlos: EDUSC, 2004; b) AXT, Günter; SHULER, Fernando Luiz. *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Artes e Ofícios: Porto Alegre, 2004.



1.2 O QUE OS ESTUDANTES DE DIREITO PODEM ESPERAR DO PRESENTE CURSO?

O ensino das Interpretações do Brasil não tem a pretensão de fazer com que os estudantes se tornem fervorosos pesquisadores e críticos do pensamento social brasileiro — se isso acontecer será excelente.

O nosso intento é mais simples, porém não menos ambicioso: fazer com as atividades da nossa disciplina colaborem para o desenvolvendo das habilidades que um intérprete do direito precisa ter e desenvolver para atuar de forma crítica na distribuição e administração da justiça. Sabemos que a justiça para funcionar bem, e ser minimamente justa, precisa de interpretações sobre os fatos e as leis, e que esses fatos, leis e as próprias interpretações que eles recebem sofrem a influência do contexto que os envolve.

As interpretações do Brasil podem ajudar a compreensão das origens e da formação do Estado brasileiro, o que é fundamental para delimitação e entendimento do que é público e do que é privado.

1.3 MÉTODO DIDÁTICO E AVALIAÇÃO

O professor será o principal responsável por contextualizar historicamente as obras e autores examinados no curso. Através de pequenos seminários e resenhas, por exemplo, estimularemos sempre a participação ativa dos alunos, que deverão ler previamente os textos. Será sugerida a encenação do primeiro ato da peça “O Rei da vela”, de Oswald de Andrade, como ferramenta pedagógica para a discussão dos temas pertinentes à aula.

Para fins de avaliação, também serão levadas em consideração a participação em sala de aula e nas atividades complementares propostas.

PARTE I — OLHARES ESTRANGEIROS SOBRE O BRASIL**2. VON MARTIUS, O PRIMEIRO INTÉRPRETE DA NAÇÃO IMAGINADA**

Karl Friedrich von Martius.



Neste módulo entraremos em contato com o debate a respeito da formação da sociedade brasileira, vista como o resultado da confluência e miscigenação de diferentes “raças”, nomeadamente, ameríndias, europeias e africanas. Qual a dimensão e as características desse fenômeno? Qual seu efeito, positivo ou negativo, sobre a formação social brasileira? Como a ciência respondia a essas questões no passado, e como responde hoje?

Nesta aula discutiremos a construção da imagem do Brasil como um país mestiço em diferentes períodos da história.

A partir do texto de Karl Friedrich Von Martius (1794 /1868.), “Como se deve escrever a História do Brasil”, do ano de 1843, analisaremos um dos primeiros discursos identitários nacionais, buscando compreender os pontos e problemas então apontados como cruciais à compreensão da jovem nação brasileira.

Von Martius nasceu na Baviera, onde hoje é atual Alemanha. Ele integrou a missão artística austríaca que, no ano de 1817, trouxe a arquiduquesa Leopoldina para se casar com o príncipe D. Pedro. Quando chegou ao Brasil, o nosso jovem intérprete tinha apenas 23 anos de idade, e para cá veio, junto com Johann Baptist Spix, por ordem do governante da Bavaria, Maximiliano I (1805—1825) para explorar e catalogar a fauna e a flora do Brasil.

¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carl_Friedrich_Philipp_von_Martius>. Acessado em: 21/10/2014.



Johann Baptist Ritter Von Spix

E quem foi Johann Baptist Ritter von Spix (1781-1826)? Nasceu em Höchststadt (Alemanha), em 09 de fevereiro de 1781 e faleceu em Mônaco de Baviera (Germânia), em 13 de maio de 1826. Foi zoólogo e médico.

Von Martius participou de expedições por quase todo o Brasil, entre 1817 e 1820, o que fez com que passasse dez meses na região norte do nosso país, com a qual estabeleceu uma intensa relação. O tempo que permaneceu nessa parte do Brasil (vide mapa abaixo) foi crucial para que ele criasse e mais tarde publicasse a *Flora Brasiliensis* (1829), uma das obras mais importantes sobre a botânica. Esse trabalho ainda hoje é considerado uma referência nos estudos das riquezas da flora brasileira, com 22.767 espécies catalogadas.



Rota da expedição de Karl Friedrich von Martius — 1817 a 1822.

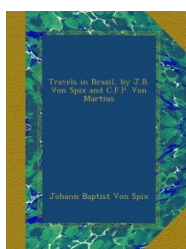
² Disponível em: <<http://www.schoenitzer.de/Spix.html>> Acessado em 21/10/2014.

³ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Carl_Friedrich_Philipp_von_Martius>. Acessado em 21/10/2014.

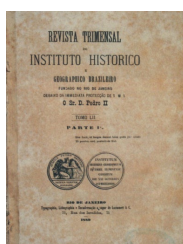
A vinda de cientistas e artistas europeus, na condição de integrantes de missões artísticas e científicas, incrementou o debate acerca de temas nacionais e também será tema da segunda aula do curso, em que os alunos terão acesso não só à obra de Von Martius e Stefan Sweig, mas também a produções artísticas que retrataram o Brasil ao longo dos séculos, além de interpretações de viajantes como a do escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, de Hans Staden e de Johan Baptist von Spix. As aulas propiciarão aos alunos contato com as xilogravuras do século XVI do frade francês André Thevet, pinturas do século XVII do holandês Albert Eckhout e as pinturas do século XIX do francês Jean-Baptiste Debret. Ainda do século XIX, explorar-se-ão igualmente os desenhos e aquarelas do inglês Charles Landseer, assim como com as fotografias de Louis Agassiz, Alberto Henschel, Augusto Stahl, George Leuzinger e Marc Ferrez.



Imagens de escravos feitas por Jean-Baptiste Debret



A⁴



B⁵

Na primeira imagem (A) da capa de uma das obras de Von Martius. Na segunda (B), a imagem de uma Revista do IBHG, de 1889. Para saber um pouco mais o trabalho de Von Martius, consultar: a) MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros*, 1844. São Paulo: Ed. Nacional: Brasília INL, 1979; b) MARTIUS, *O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1982.

⁴ Disponível em: <<http://www.amazon.com/Travels-Brazil-J-B-C-F-P-Martius/dp/B009PWU072>>. Acessado em 21/10/2014.

⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Hist%C3%B3rico_e_Geogr%C3%A1fico_Brasileiro>. Acessado em: 21/10/2014.

Com a Independência, os debates sobre as identidades do Brasil se intensificam, criando algumas instituições que irão abrigar alguns dos nossos principais intérpretes, e arquivar parte da sua produção intelectual. Nesse sentido, merece lembrança a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁶ foi fundado em 21 de outubro de 1838. É uma das mais antigas entidades de fomento de pesquisa e preservação do patrimônio histórico, geográfico e cultural do Brasil. O seu fundador, patrono e grande financiador foi o imperador D. Pedro II.

Seguindo as tradições da época, o IHGB promoveu, em 1840, um concurso objetivando premiar o melhor projeto para se escrever a História do Brasil. Von Martius, que já havia percorrido e explorado, entre outras, as então províncias da Bahia, Minas Gerais, Goiás e a Amazônia, escreve em 1843 “*Como se deve escrever a história do Brasil*” —, a monografia é publicada em 1845 na Revista do IHGB e a mesma é premiada em 1847.



Detalhe de A Primeira Missa no Brasil de Victor Meirelles (1861).

Neste quadro temos parte dos elementos humanos que, futuramente, formaram a nação brasileira, já que o mais antigo registro de envio de escravos africanos para o Brasil é de 1533 quando Pero de Góis, Capitão-Mor da Costa do Brasil, requisitou ao Rei D. João III a “remessa” de 17 negros para a sua capitania de São Tomé.

Segundo Erwin Theodor Rosenthal, germanista e professor emérito de literatura alemã da USP, até hoje a obra de Von Martius é uma importante

⁶ Maiores informações sobre a história e o acervo do IHGB podem ser obtidas no site da instituição: <http://www.ihgb.org.br/>

⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_missa_no_Brasil#mediaviewer/File:Meirelles-primeiramissa2.jpg>. Acessado em: 21/10/2014.

fonte de informação para quem faz pesquisas sobre metodologia histórica, etnografia, folclore brasileiro e as nossas línguas indígenas.

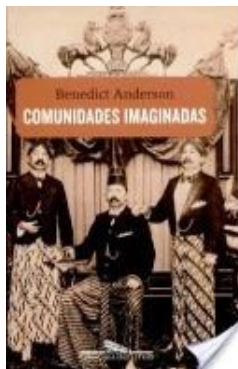
O texto em discussão é parte de outro trabalho de Von Martius título “*O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*”, da Edusp, do 1982. Nesse trabalho Von Martius, assevera que

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem [...] tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ao americana; a branca [...] e enfim a preta ou etíope [...] a cada uma dessas raças compete, segundo a sua índole inata [...] um movimento histórico característico e particular [...] Portanto, devia de ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil [essas raças] são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na História Antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim (VON MARTIUS, 1981, 87, 89).

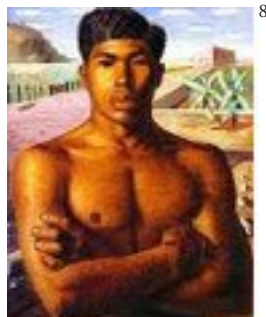
Von Martius, por conta das suas interpretações do Brasil, é atual, presente, polêmico e terá lugar no futuro porque até hoje, para o bem e para o mal, a teoria da miscigenação (misturas) das raças — brancas, negras e indígenas — faz correr tinta na academia, continuará a ser pesquisada, está presente no senso comum e é uma ideia que, inegavelmente, singulariza a imagem do Brasil e dos brasileiros no mundo.

As ideias que Von Martius produziu sobre a importância de se escrever uma história brasileira para o fortalecimento do Império, pois “[difundiria] entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo” se adequariam ao que Benedict Anderson, estudioso dos temas ligados ao nacionalismo, denomina de “processos pelos quais a nação veio a ser imaginada e, uma vez imaginada, modelada, adaptada e transformada (2008, 199). Para Anderson a nação é como “(...) uma comunidade política imaginada (2008, p. 32). Portanto, a nação é uma construção, é politicamente imaginada, pois é simultaneamente limitada, inclusive geograficamente, e soberana.

*Quem é Benedict Anderson? Benedict Anderson nasceu em Kuning, China, no ano de 1936. Este autor viveu e foi criado na Califórnia (USA). Estudou em Cambridge e Cornell, onde passou a lecionar. Atualmente é professor emérito do Centro de Estudos Internacionais dessa Universidade. Sua produção acadêmica é vasta e mundialmente reconhecida. Para saber mais sobre o tema das identidades consultar: a) ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo, Companhia das letras, 2008; b) GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, RJ, número 1, 1988.*



3 — O DISCURSO RACIALISTA E CONSTRUÇÃO DO BRASIL COMO UM PAÍS MESTIÇO



O Mestiço, Candido Portinari, 1934.

As próximas aulas vão abordar o debate sobre a influência da “raça”, do meio ambiente e da cultura na formação da sociedade brasileira. A contextualização desses textos demandará uma explicação introdutória sobre:

- Como a ideia de evolução desenvolvida na biologia darwinista deu impulso a ideias semelhantes nas ciências humanas;
- Além de como a visão estrangeira sobre o Brasil foi, durante o século XIX, em geral marcada negativamente pela presença da mestiçagem e de populações “de cor”.

Não podemos deixar de mencionar que o racismo entrou definitivamente para a literatura científica, na virada do século XIX para o XX, para justificar e legitimar a dominação colonial, legislações racistas e os horrores do nazismo. Além disso, uma análise mais local da força que a ideia de raça passou a ter a partir dessa mesma época, nos faz crer que o racismo é mais um dos instrumentos a serviço da dominação política e da exploração econômica.

Por essa razão, a ideia de raça e todas as suas implicações são temas centrais dos debates científicos em grande parte do século XX, que só começam a perder a força e o prestígio da ciência da II Guerra Mundial. A partir desse último conflito, a ONU incentivou e liderou a produção de trabalhos e pesquisas que comprovassem que os postulados do racismo não tinham fundamento científico.

⁸ Disponível em: <<http://museucasa-deportinari.org.br/>>. Acessado em: 21/10/2014.

3.1 — CHARLES DARWIN, A TEORIA DA EVOLUÇÃO, AGASSIZ E GOBINEAU.

3.1.1 — Charles Darwin

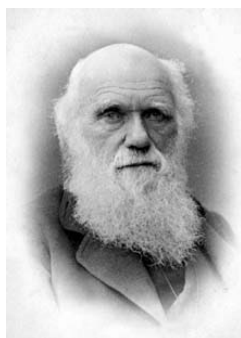
*Para ser um bom observador é preciso
ser um teórico, Charles Darwin (i)*



Darwin, quando jovem⁹

Charles Darwin (1809 — 1882), eminente cientista inglês, é o autor da teoria da evolução das espécies. Para ele, as espécies — inclusive o ser humano — têm um ancestral comum que se transforma para se adaptar às alterações das condições de existência.

Quem foi Charles Darwin? O autor do livro “As Origens das Espécies” (1859) — On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or The Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life.” Nessa obra, Darwin expôs a sua teoria que explica a origem, a evolução e a diversidade das espécies. Outras obras de Darwin: a) A descendência do Homem e Seleção em relação ao Sexo” (The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex, 1871); b) “A Expressão da Emoção em Homens e Animais” (The Expression of the Emotions in Man and Animals, 1872).

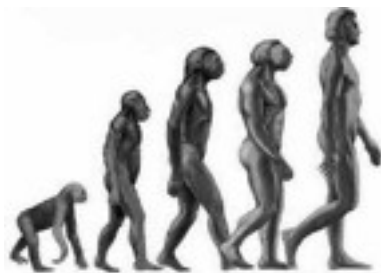


Charles Darwin

10

⁹ Disponível em: <<http://thedailyjournalist.com/the-historian/a-bombshell-for-the-history-of-science/>>. Acesso em 21/10/2014.

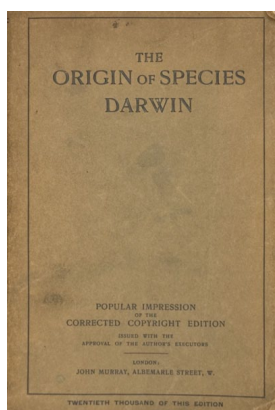
¹⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Hist%C3%B3rico_e_Geogr%C3%A1fico_Brasileiro>. Acesso em 21/10/2014. Disponível em: <<http://www.revelinnewyork.com/sites/default/files/Charles-Darwin-31.jpg>>. Acesso em: 20 ago. 2010.



A Representação da teoria da evolução de Charles Darwin¹¹.

Charles Darwin passou a ser mundialmente conhecido depois de convencer a comunidade científica da existência da evolução das espécies e de estabelecer uma teoria para explicar que ela atua por meio do processo de seleção natural e do sexo. A teoria de Darwin ainda é nos dias atuais a principal referência que os cientistas usam para explicar os fenômenos biológicos e a diversidade humana.

Para saber mais sobre Darwin e as suas ideias consultar: a) *BLANC, Marcel. Os Herdeiros de Darwin. Lisboa: Teorema, 1991*; b) *DARWIN, Charles. Expressão das Emoções no Homem e nos Animais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009*; c) *STRATHERN, Paul. Darwin e a Evolução em 90 Minutos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001*.

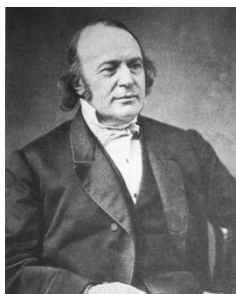


¹²

¹¹ Disponível em: <<http://www.reve-linnewyork.com/sites/default/files/Charles-Darwin-31.jpg>>. Acessado em 21/10/2014.

¹² Capa de uma das edições de "As Origens das Espécies", de 1901. Disponível em: <<http://www.hps.cam.ac.uk/library/darwin>>. Acessado em 21/10/2014.

3.1.2 — Louis Agassiz



*Louis Agassiz*¹³

Louis Agassiz (1807 — 1873) na segunda metade do século XIX (1865/1866) organizou a Expedição Thayer na qual fez o registro fotográfico de tipos raciais brasileiros do Rio de Janeiro e da Amazônia. Essa expedição exploratória foi custeada pelo milionário norte-americano Nathanael Thayer sob a proteção de D. Pedro II. O material que Agassiz coletou constitui um dos principais registros fotográficos do Brasil de meados do século XIX e, atualmente, está no acervo do Peabody Museum de Harvard University.

Quem tiver interesse poderá consultar virtualmente as publicações e o acervo do Peabody Museum of Archaeology and Ethomology at Harvard University, no seguinte site: <http://www.peabody.harvard.edu>. Este museu, uma dos mais antigos do gênero, foi fundado em 1886.

Para saber mais sobre Louis Agassiz consultar: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo ‘degeracionista’. In Revista da USP, São Paulo, n. 75, p. 68-75, setembro/novembro de 2007.

¹³ Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Agassiz_Louis_1807-1873.png>. Acessado em 21/10/2014.

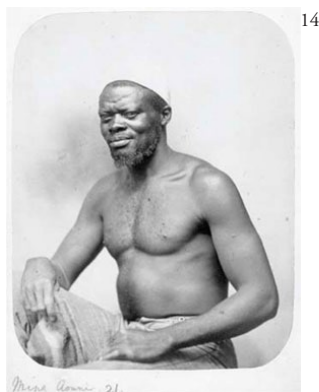


Imagem captada por Agassiz ao longo da expedição que ele organizou.

Quem tiver interesse em saber mais sobre como as ideias centrais do racismo científico foram recebidas e praticadas no Brasil, poderá consultar: a) ADORNO, Sérgio. “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus negros e brancos em perspectiva comparada”. In: Revista Estudos Históricos, 1996, número 18; b) ANTUNTES, José Leopoldo Ferreira. Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870 — 1930). São Paulo: Editora da UNESP, 1999; c) SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil; 1870 — 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Mas será que cabe falar em “raça pura” no Brasil? Será que a mistura das raças tornou o nosso país inviável? Será que ela nos condenou à estagnação? Será que existem verdadeiras raças no Brasil? É possível comparar o Brasil aos USA e a África do Sul em relação às questões raciais?

¹⁴ Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/en/2010/09/01/the-secret-photos-of-professor-agassiz>>. Acessado em 21/10/2014.

3.1.3 — Joseph Arthur de Gobineau

*Jê a trouvé a ce pay um climat détestable; jê n'en garderai pas un fort bon souvenir*¹⁵ — palavras de Gobineau sobre o Brasil.

16



Gobineau.

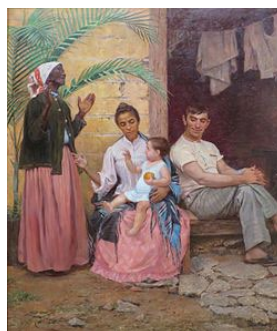
Joseph Arthur de Gobineau (1816 — 1882) foi um diplomata francês que, na segunda metade do século XIX, veio para o Brasil por ordem do Imperador Napoleão III. Desde que chegou ao país nunca escondeu a sua falta de simpatia pela nossa terra e gente por devido ao clima, para ele infernal, e da grande “quantidade de mistura racial” entre os negros, brancos e índios. Tal singularidade racial não foi vista favoravelmente porque para ele a miscigenação gera degeneração.

Mesmo detestando o Brasil, Gobineau fez amizade com Pedro II com o qual manteve correspondência, depois que deixou o Brasil. Na interpretação de Gobineau a raça determinava a ação e a qualidade das ações dos indivíduos. O seu livro mais famoso é o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855), um dos primeiros trabalhos sobre eugenia e racismo científico.

O que é eugenia? Trata-se do termo cunhado por Francis Galton (1822-1911), um cientista inglês, cujo significado é bem nascido. Francis Galton, afirmava que a eugenia era um estudo científico que poderia melhorar ou piorar as qualidades raciais, físicas e mentais das gerações futuras. Nesse sentido, o estudo eugênico ajudaria na definição das políticas de combate à criminalidade. Logo, eugenia, para ele e os seus seguidores, é sinônimo de melhoramento genético das raças.

¹⁵ Tradução livre: “encontrei nesse país (o Brasil) um clima detestável [e] não guardarei dele boas lembranças”.

¹⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_de_Gobineau>. Acessado em 21/10/2014.

¹⁷A¹⁸B

Na primeira imagem (A), temos Francis Galton. Na segunda (B), o quadro A Redenção de Cam de Modesto Brocos y Gomes, de 1895, no qual o aprimoramento racial se daria via embranquecimento da cor da pele. Nesta obra de arte temos uma mãe negra, uma filha mulata e um genro e neto brancos. Com o fim da escravidão, o embranquecimento foi eleito pelas autoridades e renomados intelectuais como a solução para resolver a questão da presença negra na sociedade brasileira.

Devido as suas posições, contrárias e nada simpáticas ao Brasil, o Conde de Gobineau foi definido por Alceu Amoroso Lima como o “inimigo cordial do Brasil”:

Salvo o Imperador (D. Pedro II) não há ninguém neste deserto povoado de malandros [...] os brasileiros não passam de mulatos da mais baixa categoria: Uma população todo mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo [...] Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes mais baixas e nas altas uma degenerescência do mais triste aspecto [e que] As melhores famílias têm cruzamentos com negros e índios. Estes produzem criaturas particularmente repugnantes (GOBINEU apud RAEDERS, 1988, 89, 90).

Para saber mais sobre o período em que Gobineau viveu no Brasil consultar: RAEDERS, Georges, *O Inimigo Cordial do Brasil: O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷ Disponível em: <<http://antiguopasalavida.com/2008/08/20/la-eugenesia/>>. Acessado em: 21/10/2014.

¹⁸ Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d3/Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg/250px-Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg>>. Acessado em: 21/10/2014.



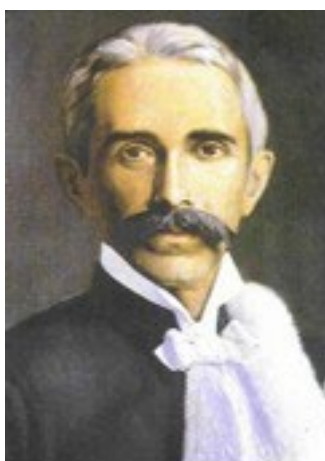
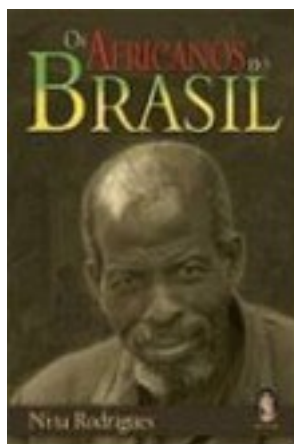
Na visão de Gobineau, o Brasil seria um país inviável — sem futuro, sem chances de progredir — por causa da intensa miscigenação das suas raças constitutivas. Gobineau defendia a seguinte tese: em 270 anos — a contar da sua chegada ao Brasil — a nossa população iria desaparecer por causa das misturas das raças.

Bem, a população brasileira não desapareceu, cresceu e continua a crescer. E o nosso país não foi condenado à estagnação. Hoje, o país tem o seu peso e importância no cenário internacional.

O que podemos aprender sobre o Brasil com as ideias de Gobineau e Agassiz sobre o Brasil? Apesar das previsões racialistas não terem se concretizado, as ideias racistas deixaram de ter lugar entre nós?

4 — NINA RODRIGUES E O “PROBLEMA” NEGRO

Nesta aula, entraremos em contato com as teorias, produzidas no Brasil, que valorizaram o papel que a raça tem no processo de desenvolvimento do país a partir da leitura e discussão de textos produzidos por Raimundo Nina Rodrigues: *Os africanos no Brasil* [1906] — é um deles.

¹⁹ A

B

Na primeira imagem (A), temos Nina Rodrigues. Na segunda (B), a Capa de uma edição mais recente do livro *Africanos no Brasil*, da Editora Madras (2008).

O texto do médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues, um dos pioneiros nos estudos sobre as populações negras no Brasil, nos permite observar como a ciência do início do século XX referendava uma importância central à noção de raça.

Nessa época, no Brasil, Estados Unidos e Europa, o estudo (e a classificação) das raças humanas serviu para explicar, prever e reprimir as ações humanas, o que foi fundamental para a criação de leis e políticas que levavam em conta esse fator.

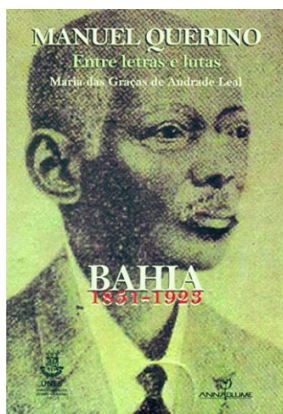
Talvez você fique chocado com a forma como ideias racistas são afirmadas nesse texto, tais como “A raça negra no Brasil [...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (p.7). No entanto, teorias que não são mais consideradas científicas (e que são mesmo, como no caso, passíveis de punição) permanecem, muitas vezes, disseminadas pelo “senso comum”. Em que medida você já ouviu falar coisas semelhantes às que leu no texto?

¹⁹ Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1c/Nina_02.jpg>. Acessado em: 21/10/2014.

Quem foi Nina Rodrigues (1806/1906)? Nascido em Vargem Grande, MA, foi o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro dos estudos sobre a cultura negra no Brasil. Começou o seu curso de medicina na Bahia, mas o concluiu no Rio de Janeiro (1888). Desenvolveu pesquisas sobre as influências que a raça tem sobre as condições sociais, psicológicas e a conduta do indivíduo. Por conta dos resultados dessas pesquisas, Nina propôs uma reformulação do conceito de responsabilidade penal, que deveria ser determinada em função da raça do agente criminoso. Nina Rodrigues não foi um simples estudioso dos problemas do negro no Brasil e da influência das culturas africanas sobre a cultura baiana/nacional, mas o criador (ícone) de uma escola sobre esses temas. Morreu em Paris, no ano de 1906. Entre os seus livros mais conhecidos e citados estão: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), *O animismo fetichista dos negros da Bahia* (1900) e *Os africanos no Brasil* [1906].

Um dos críticos de Nina Rodrigues foi Manoel Raymundo Querino, um intelectual baiano que combateu fervorosamente a ideia de que existem raças superiores e inferiores — um ideal que, como veremos, foi amplamente aceito e defendido por vários intelectuais brasileiros do final do século XIX e primeira metade do séc. XX.

Quem foi Manoel Querino? Nascido em Santo Amaro da Purificação (1851-1923) foi um intelectual afrodescendente, pioneiro nos estudos antropológicos da influência da cultura africana na cultura baiana.



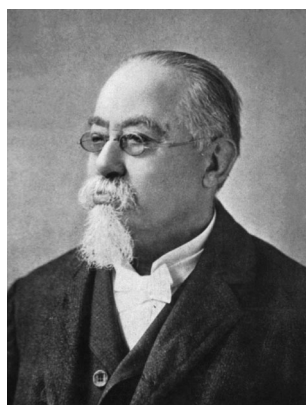
Manoel Querino



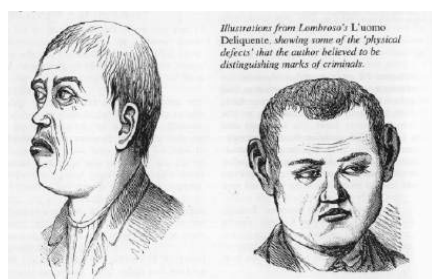
Nina Rodrigues sofreu forte influência do pensamento do médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que escreveu as seguintes obras: a) *L'Uomo Delinquente* (1876; “O Homem Criminoso”); b) *Le Crime, Causes et Remèdes* (1899; *O Crime, Suas Causas e Soluções*). Essa influência foi tão forte e intensa que Nina Rodrigues chegou a ser conhecido como o Lombroso dos Trópicos.

Lombroso desenvolveu teorias para explicar e identificar quem é um criminoso nato — o agente que nasceu para cometer crimes por causa dos seus traços físico-fisionômicos. Segundo os estudos e pesquisas de Lombroso, um criminoso nato poderia ser caracterizado pela identificação e análise dos traços anatômicos do seu corpo, estando cada um deles associado a um comportamento criminoso ou socialmente inadequado. O conhecimento desses traços seria fundamental para determinar as leis, os tipos de punição e as políticas de combate e prevenção à criminalidade.

Quem foi Cesare Lombroso? Professor de psiquiatria, medicina forense e higiene da Universidade de Turim. Foi também um dos grandes nomes da antropologia criminal. Para ele e os seus discípulos — como o nosso Nina Rodrigues e o escritor francês Emile Zola — as características físicas, fisiológicas e mentais dos indivíduos indicavam uma maior ou menor predisposição para a prática de atos criminosos, o que determinava as medidas, políticas e leis que seriam empregadas no combate à criminalidade. Segundo Lombroso o estudo científico da anatomia do corpo do indivíduo — feito por meio de exames antropométricos — é capaz de atestar se ele é ou não um criminoso nato. Para os padrões contemporâneos as ideias de Lombroso são absurdas, mas foram acolhidas com entusiasmo e euforia no primeiro Congresso Internacional de Antropologia Criminal, realizado em Roma, no ano de 1885. Esse acolhimento, caloroso, tornou Lombroso uma verdadeira “celebridade” entre os cientistas do mundo civilizado.



20



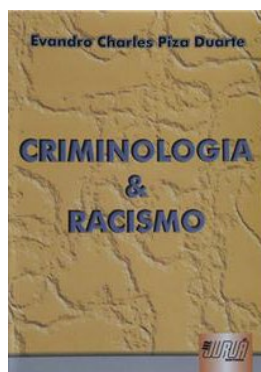
21

Representações dos tipos humanos que, segundo os estudos lombrosianos, seriam criminosos natos.

Para saber mais sobre a influência que a ideia de raça e o racismo científico tiveram sobre o pensamento jurídico e as decisões da justiça brasileira, deverá consultar: a) DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia & Racismo*. Curitiba: Juruá, 2006; b) RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e Criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900 — 1930)*. Rio de Janeiro: Editora da URFJ, 1995.

²⁰ Disponível em: <http://it.wikipedia.org/wiki/Cesare_Lombroso>. Acesso em 21/10/2014.

²¹ Disponível em: <<http://www.criminologiafla.wordpress.com>>. Acesso em: 21/10/2014.



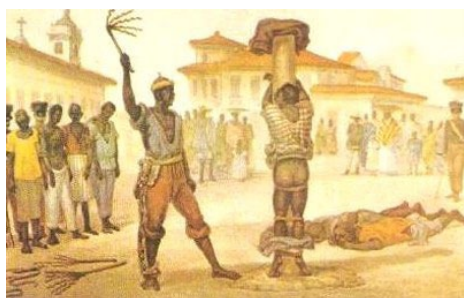
Aos olhos de muitos políticos e intelectuais do final do século XIX, o negro se tornou um grande problema nacional a partir do fim da escravidão porque, antes da Lei Áurea ser assinada, ele tinha um papel bem definido: ser escravo; ser uma res (objeto) que podia pertencer a outro homem.

No Brasil, as teses racistas ganharam força e muitos adeptos no final do século XIX e início do XX. Algumas reações a essas teses têm origem na luta contra a escravidão cujos grandes expoentes foram Luiz Gama (1830/1882), Evaristo de Moraes (1871/1939) e Joaquim Nabuco, entre outros (1849/1910).

A escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira. A lógica dessa instituição — a escravidão, que existiu no Brasil até bem perto do início do século XX, foi captada e registrada por Machado de Assis, no conto *Pai Contra Mãe*:

A ESCRAVIDÃO levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado [...] O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave [...] Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão [...] Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, — ou “receberá uma boa gratificação” [...] Cândido Neves perdera já o ofício de entalhador, como abrira mão de outros muitos, melhores ou piores. Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e

saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo.²²



23



24

Imagens clássicas de Jean-Baptiste Debret sobre a escravidão.

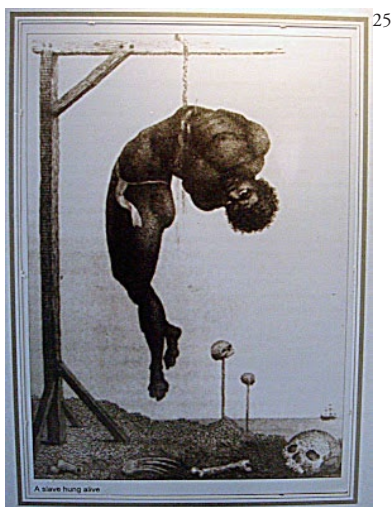


Para saber mais sobre a história da escravidão, origens e fundamentação jurídica no Brasil consultar: a) CASTAELNAU, Francis. *Entrevista com Escravos Africanos na Bahia Oitocentista*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006; b) HILL, Pascoe Grenfell. *Cinquenta Dias a Bordo de um Navio Negreiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006; c) GOU-LART, Mauricio. *A Escravidão Africana no Brasil: das origens à extinção*. São Paulo: Afla-Ômega, 1975. d) MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Brasília: Instituto Nacional do Livro / Petrópolis: Vozes, 1975.

²² Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1951>. Acessado em: 21/10/2014.

²³ Disponível em: <<http://www.art.com/gallery/id--a32595/jean-baptiste-debret-posters.htm>>. Acessado em: 21/10/2014.

²⁴ Disponível em: <<http://www.art.com/gallery/id--a32595/jean-baptiste-debret-posters.htm>>. Acessado em: 21/10/2014.

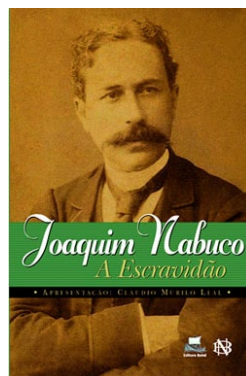
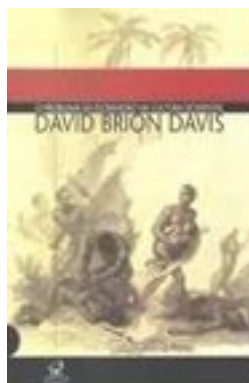
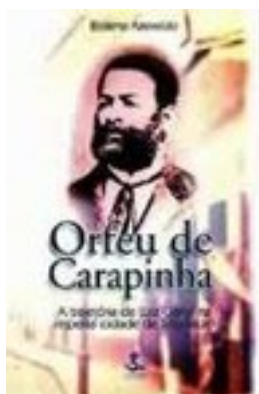


Para saber mais sobre a luta contra a escravidão no Brasil e no mundo consultar:

- a) AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999;
- b) DAVIS, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;
- c) GRIMBERG, Keila. *Código Civil e cidadania*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2002. (pág. 7 a 37);
- d) GORENDER, Jacob. *A Escravidão Colonial*. São Paulo: Ática, 1988;
- e) MORAES, Evaristo de. *A Escravidão Africana no Brasil: das suas origens à extinção*. Brasília: Editora UNB, 1998;
- f) MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004;
- g) NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Rio de Janeiro: NovaFronteira, 1999.

²⁵ Disponível em: <<http://tinyurl.com/k9lxro>>. Acessado em: 21/10/2014.

³⁰ Disponível em: <<http://tinyurl.com/pqsgq3s>>. Acessado em: 21/10/2014.



Talvez você fique chocado com a forma como as ideias racistas são afirmadas, construídas e defendidas por nomes consagrados da ciência do Brasil e do mundo. Como exemplo, citamos uma frase do próprio Nina Rodrigues: “A raça negra no Brasil [...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.” (p.7). Científicas ou não, essas ideias sobre a raça e a influência negativa (ou positiva) que ela tem sobre o indivíduo fazem parte do “senso comum”.

Em que medida você já ouviu falar coisas semelhantes às que leu no texto e na citada frase de Nina Rodrigues?



O Navio Negreiro, Rugendas — 1830.

E o que é realmente o problema negro? Ele diz respeito a uma série de iniciativas e ideias que buscam apagar as marcas negativas que a escravidão e os escravos deixaram na sociedade brasileira e nos seus indivíduos. Falar sobre esse problema é discorrer sobre teses e interpretações que buscam uma solução para identificar essas marcas e superá-las, mas desde que o resultado seja o embranquecimento da população — uma medida que melhoraria a qualidade racial da nação brasileira.

A escravidão, cujo principal fundamento teórico é a crença na inferioridade e na falta de humanidade do escravizado (o outro inferior), acabou oficialmente no ano de 1888, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea. A

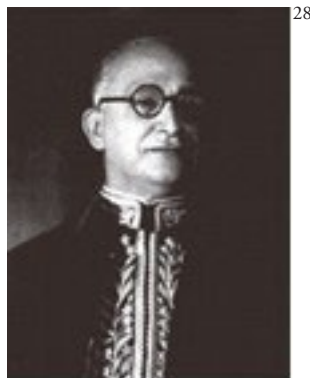
²⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_negreiro>. Acessado em: 21/10/2014.



prática do racismo hoje, por força da Constituição de 1988, que deu origem à Lei Caó, é crime inafiançável e imprescritível.

A lei Caó de 13 de maio de 1989 é o diploma legal que institui os crimes raciais do direito brasileiro, que são inafiançáveis e imprescritíveis. Surgiu para regulamentar o dispositivo da Carta de 1988 que determina a criminalização da prática do racismo. O texto dessa lei está disponível no seguinte endereço: <<http://www2.mre.gov.br/dai/genocidio.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2008. Voltaremos a abordar essa importante lei mais a frente. Ela foi criada por iniciativa do Deputado Federal Constituinte Carlos Alberto Caó, advogado, jornalista e militante histórico do Movimento Negro Brasileiro.

5 — BRANQUEAR COMO SOLUÇÃO: OLIVEIRA VIANA E A DEFESA DO BRANQUEAMENTO.



Oliveira Vianna

Continuaremos a discussão iniciada na aula anterior, apresentando Oliveira Vianna (1883-1951) em “Evolução da raça” [1923].

Nesse texto são analisadas as características dos portugueses, índios e negros, bem como dos mestiços — que seriam, segundo o autor, caracterizados por sua *instabilidade*. A população brasileira estaria vivendo o fenômeno de uma arianização progressiva, que o autor tenta demonstrar apresentando dados quantitativos. O coeficiente da “raça branca”, portanto, estaria se elevando cada vez mais em nossa população.

Quem foi Oliveira Vianna? Membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é um dos grandes intérpretes do Brasil. Oliveira Viana foi advogado, sociólogo e professor de direito criminal da Faculdade do Estado do Rio de Janeiro. Ocupou vários cargos públicos até se tornar, em 1940, membro do Tribunal de Contas da União. Além de criar importantes obras sobre as origens da população brasileira, Oliveira Vianna está entre os nomes pioneiros da institucionalização do direito do trabalho no Brasil. Foi um dos mais destacados defensores da eugenia no Brasil. Era abertamente contra a imigração de japoneses para o Brasil. Uma das suas mais famosas frases é: “os 200 milhões de hindus não valem o pequeno punhado de ingleses que os dominam [e] japonês é como enxofre: insolúvel”. Depois da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, Oliveira Vianna tornou-se consultor da Justiça do Trabalho. Graças a essa posição, Vianna pode influenciar decisivamente na elaboração da legislação sindical e trabalhista da Era Vargas.

²⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_Viana>. Consultado em: 21/10/2014.



Obras de autoria de Oliveira Vianna: *Populações Meridionais do Brasil* (1918), *O idealismo da Constituição* (1920), *Pequenos estudos de psicologia social* (1921), *Evolução do povo brasileiro* (1923), *O ocaso do Império* (1925), *Problemas de política objetiva* (1930), *Formation ethnique du Brésil colonial* (1932), *Raça e assimilação* (1932), *Problemas de direito corporativo* (1938), *Problemas de direito sindical* (1943) e *Direito do trabalho e democracia social* (1951, uma coletânea de artigos).

Oliveira Vianna acreditava que essa arianização da nossa população resolveria, sem o uso de medidas radicais e legais, o problema do negro, uma vez que ele estaria fadado a desaparecer do Brasil com o decorrer do tempo.

Os trabalhos e as ideias de Oliveira Vianna, no campo da História, Sociologia e Direito do Trabalho até hoje são referências obrigatórias para quem quer entender e começar a criar as suas próprias interpretações sobre o que é o Brasil.

Para saber mais sobre a vida e obra de Oliveira Vianna consultar:
a) BASTO, Élide Rugai; MOREAS, João Quartim de. *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993; b) TORRES, Vasconcellos. *Oliveira Vianna, sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro / São Paulo: Freitas Bastos, 1956; c) VIANNA, Oliveira. *Escritos Inéditos*. Campinas: Editora UNICAMP, 1991;

5.1 "O Cortiço"

Nesta aula será apresentado um seminário sobre o romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890), um dos principais introdutores do naturalismo literário no Brasil, fortemente inspirado pelas obras de Émile Zola e Eça de Queirós. Esse livro, como outras obras literárias que serão discutidas no decorrer do curso são, em geral, de leitura obrigatória nas escolas. É provável, portanto, que você já a conheça. Neste curso, no entanto, o objetivo será relacionar a obra ao seu contexto cultural, enfatizando as ligações com as interpretações sobre o Brasil vistas nas aulas anteriores.

O cortiço, por exemplo, reúne num mesmo enredo vários tipos sociais do período: o português ganancioso, o negro, o mestiço e o fidalgo burguês. No livro, vemos a trajetória de João Romão, um português modesto, porém ambicioso, que busca ascender socialmente num país tropical onde predo-

minam a indolência e a sensualidade. Esses personagens são retratados com traços zoomórficos, característica que revela a influência, então em voga, das teorias biológicas evolucionistas e do determinismo da raça e do meio em relação ao comportamento das pessoas.



Capa do livro “O Cortiço”, edição de 1948.

Retoma-se, assim, um tema presente nas últimas aulas: a necessidade de se perceber como visões depreciativas sobre as raças consideradas “inferiores” ou “menos evoluídas” faziam — e ainda fazem, em alguma medida — parte do imaginário social. Como exemplos a serem debatidos:

- a) Uma das marchinhas carnavalescas mais famosas de todos os tempos — “O Teu Cabelo não Nega” adaptada por Lamartine Babo no final de 1931 a partir de letra mais antiga dos irmãos pernambucanos Raul e João Valença;
- b) A também famosa “Nega do Cabelo Duro”, de David Nasser e Rubens Soares (1942);
- c) A exigência de “boa aparência”, outrora comum em diversos anúncios de empregos, como disfarce para o preconceito racial.

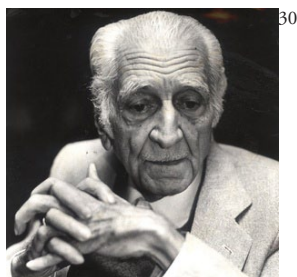
²⁹ Disponível em: <<http://tinyurl.com/oafwd6m>>. Acessado em: 21/10/2014.



<p>“O teu cabelo não nega” (Lamartine Babo e Irmãos Valença, 1931).</p> <p>O teu cabelo não nega mulata Porque és mulata na cor.. Mas como a cor não pega mulata Mulata eu quero teu amor Tens um sabor Bem do Brasil Tens a alma cor de anil Mulata, mulatinha, meu amor Fui nomeado Teu tenente interventor [...]</p>	<p>“Nega do Cabelo Duro” (David Nasser e Rubens Soares, 1942)</p> <p>Nega do Cabelo duro Qual é o pente que te penteia? (3 vezes) Quando tu entras na roda O teu corpo serpenteia Teu cabelo está na moda: Qual é o pente que te penteia? Misampli a ferro e fogo Não desmancha nem na areia Tomas banho em Botafogo Qual é o pente que te penteia?</p>
--	--

³³ Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/_pBT1Xc1uMPQ/SpDUfiNjGrI/AAAAAAAAACA/_-dVjUk6j_U/s320/senzala+debret.jpg>. Acessado em: 21 ago. 2010.

6 — UMA VISÃO POSITIVA SOBRE A MISTIÇAGEM: GILBERTO FREYRE E A INFLUÊNCIA CULTURALISTA DO ANTROPÓLOGO FRANZ BOAS

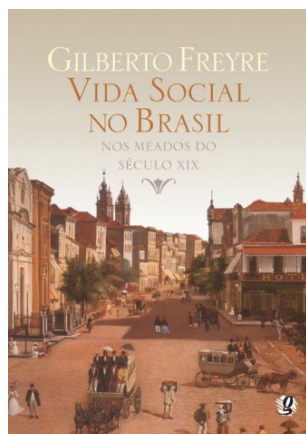


Sem um fim social o saber será a maior das futilidades — Gilberto Freyre

Nas próximas aulas o tema será a discussão das ideias presentes no pensamento de Gilberto Freyre (1900 — 1987), cujas obras *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) tratam e inovam os estudos sobre a formação do Brasil.

Quem foi Gilberto Freyre? Um dos maiores e mais influentes intelectuais brasileiros do século XX cujos trabalhos são reconhecidos internacionalmente até o presente momento. A sua obra é estudada até hoje em importantes universidades do mundo Ocidental. Freyre iniciou aos seus estudos, em 1908, no Colégio Americano Batista Gilreath, instituição que o seu pai ajudou a fundar. Perto do fim da segunda década do século XX, Freyre foi estudar na Universidade do Texas (USA) onde concluiu a graduação em ciências sociais, e deu continuidade aos seus estudos na Universidade de Columbia (USA) onde obteve o título de Master of Arts. Na Universidade de Columbia conheceu Franz Boas, a sua principal referência intelectual. No ano de 1922 publicou a sua tese de mestrado “Social life in Brazil in the middle of the 19th century” (Vida social no Brasil nos meados do século XIX — já traduzida para o português). Essa tese deu origem ao que, certamente, é o seu livro mais conhecido e lido, *Casa-Grande & Senzala* (1933), um verdadeiro tratado sobre a formação do Brasil, que já foi traduzido para o inglês e o francês entre outras línguas. Gilberto Freyre costuma ser apontado, e criticado, como o criador e grande teórico da (ideologia da) “democracia racial”. No entanto, em *Casa Grande & Senzala*, primeiro livro da trilogia sobre a formação do patriarcalismo no Brasil, não há menção alguma à palavra “democracia racial”.

³⁰ Disponível em: <<http://tinyurl.com/p9q2l43>>. Acessado em: 21/10/2014



Mais informações sobre Gilberto Freyre e a sua obra podem ser obtidas no site da fundação que leva o seu nome: <http://www.fgf.org.br>.



Figura 38 – Vista oblíqua da casa de vivenda da fazenda Resgate, Bananal, SP; fotografia de Pedro Osvaldo Cruz (PRES, 1990, p. 83).

³¹ A



³² B

A = Imagem de uma Casa Grande. B = imagem do negro na senzala, segundo Jean-Baptiste Debret.

Por influência direta de Franz Boas — antropólogo prussiano que consolidou a sua carreira nos Estados Unidos, com quem estudou e conviveu, Gilberto Freyre criou uma nova forma de buscar, contar e registrar a história do Brasil — algo que é fundamental para qualquer tipo de análise e proposição sobre os nossos grandes dilemas e temas nacionais. Freyre, desafiando os padrões acadêmicos da época, valeu-se para redigir *Casa-Grande & Senzala*, por exemplo, entre outras fontes de investigação, de memórias, cartas de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil, histórias sobre a vida privada dos engenhos e uma farta bibliografia para mudar os rumos do pensamento social brasileiro e das interpretações do Brasil.

A obra de Franz Boas enfatiza a centralidade do conceito de cultura para a compreensão da diversidade humana, retirando qualquer cientificidade da noção biológica de raça — noção essencial para a construção e divulgação do racismo científico. Sob a forte influência dessa nova centralidade, Gilberto Freyre se firmou como um divisor de águas no pensamento social brasileiro.

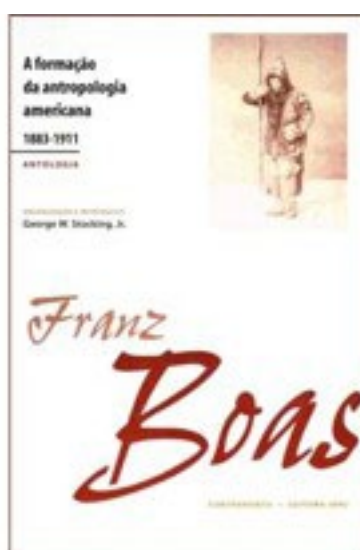
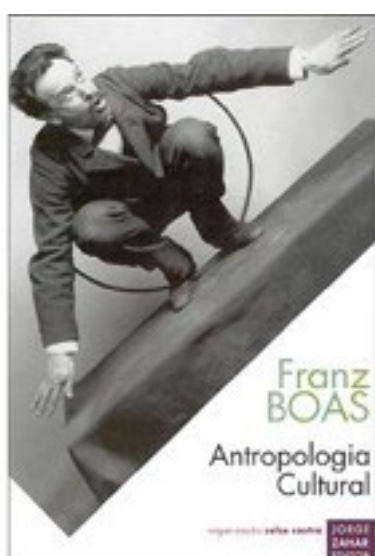
³¹ Disponível em: <<http://www.scielo.br/img/revistas/anaimp/v14n1/02f38.jpg>>. Acesso: 21/10/2014.

³² Disponível em: <<http://www.art.com/gallery/id--a32595/jean-baptiste-debret-posters.htm>>. Acessado em: 21/10/2014.



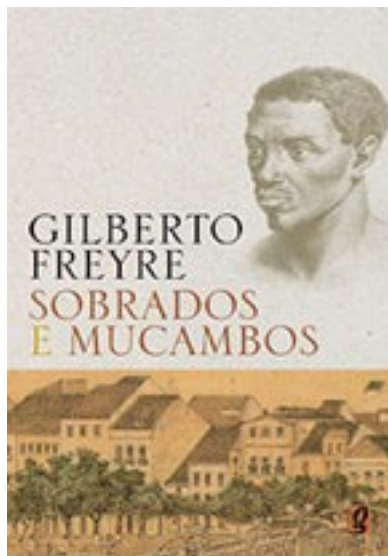
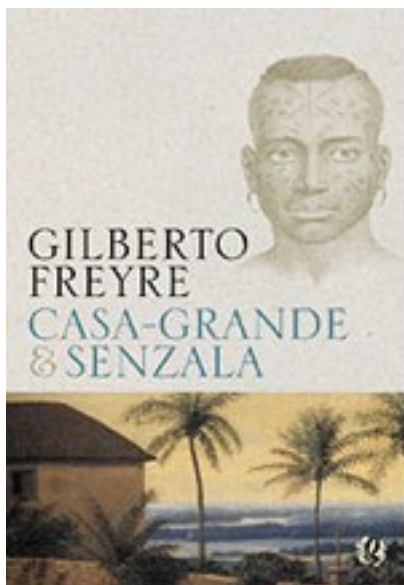
Quem foi Franz Boas (1858-1942)? Uma das principais referências para a antropologia contemporânea por ter defendido a importância de compreendermos a cultura em suas particularidades. Faleceu em New York City, New York, deixando como lição principal que não existem culturas superiores ou inferiores e que todas constituem fenômenos específicos e originais.

Para saber mais sobre Franz Boas, consultar: a) FRANZ, Boas. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009; b) BOAS, Franz; STOCKING JR, George. *A formação da antropologia americana*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.



Imagens das obras Franz Boas

³³ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Franz_Boas>. Acesso em: 21/10/2014.



Imagens das edições recentes de Casa-Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos

Para saber mais consultar: a) Cláudia Castelo. *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999; b) FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*; c) VENTURA, Roberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Publifolha, 2010.

Os trabalhos de Freyre foram decisivos para um progressivo abandono dos pressupostos racialistas no meio intelectual brasileiro.

Ao lançar “Casa-Grande & Senzala” (1933), ele valorizou a contribuição do negro e das culturas *afro* para a formação do Brasil. O enfoque valorativo que Freyre deu a esses elementos constitutivos do Brasil chocou-se diretamente com as teorias racialistas e determinismos adotados por Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e outras intelectuais da primeira metade do século XX. Esses intérpretes do Brasil, ao contrário de Freyre, responsabilizavam, entre outros fatores, o clima tropical insalubre do Brasil e as populações mestiças, entre outros fatores, tidas como neurastênicas e degeneradas, pelo atraso do país.

³⁶ Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/62/FranzBoas.jpg/250px-FranzBoas.jpg>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

7 — GILBERTO FREYRE — UMA NOVA VISÃO SOBRE O BRASIL



Gilberto Freyre entre livros, papéis e escritos³⁴

Nesta aula, será discutido o capítulo 1 de *Casa-Grande & Senzala*, “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”. Observe a ênfase que Freyre dá ao fato de que, ao começarem a colonizar o Brasil, em 1532, os portugueses já tinham um século de contato com os trópicos e vinham de uma população já miscigenada. O que significa a ideia de que a formação social brasileira representou “um processo de equilíbrio de antagonismos”. Preste atenção também nas fontes utilizadas por Freyre para escrever seu texto e nos temas abordados.

Deve-se também mencionar as críticas feitas à interpretação de Freyre, em particular: 1) a polêmica a respeito da pouca ou quase nenhuma relevância do preconceito racial como fator explicativo para a desigualdade entre os brancos e os negros no Brasil (por oposição a uma explicação fundamentalmente classista, defendida por Florestan Fernandes e outros); 2) e as críticas sofridas por Gilberto Freyre em função de sua suposta defesa da existência de uma “democracia racial” no Brasil cuja paternidade lhe é injustamente atribuída e por conta da qual a força negativa da cor e da raça quase não seria percebida pelos nossos agentes e instituições sociais. Segundo as interpretações do Brasil produzidas por Freyre, depreendemos que no Brasil as relações pessoais, as leis e as instituições sociais não são criadas e estabelecidas com base no valor e na classificação que a “ciência” dá às raças (e cores) que compõem o Brasil.

³⁴ Disponível em: <<http://tinyurl.com/msu5cfa>>. Acesso em: 21/10/2014.



Mapa lustrado de um Engenho

A primeira obra de Freyre inspirou nossas interpretações do Brasil, até mesmo na literatura. Belo exemplo disso é o poema Casa Grande & Senzala de Manuel Bandeira:

*“Casa Grande & Senzala”
Manuel Bandeira (1949)*

“Casa Grande & Senzala”
Grande livro que fala
Desta nossa leseira
Brasileira.
Mas com aquele forte
Cheiro e sabor do Norte
— Dos engenhos de cana
(Massangana!)
Com fuxicos danados
E chamegos safados
De mulecas fulôs
Com sinhôs!
A mania ariana
Do Oliveira Viana
Leva aqui a sua lambada
Bem puxada.
Se nos brasis abunda
Jenipapo na bunda,

³⁵ Disponível em: <<http://tinyurl.com/lqus9x8>>. Acesso em: 21/10/2014.



Se somos todos uns
Octoruns,
Que importa? É lá desgraça?
Essa história de raça,

Sobre a vida e trajetória acadêmica de Gilberto Freyre, cabe ressaltar:
— Organizou em 1926, o Primeiro Congresso Regionalista do Recife, e, em 1934, o primeiro Congresso Afro-Brasileiro.

— De 1926 a 1930, foi secretário particular do então Governador de Pernambuco Estácio Coimbra, a quem acompanhou, em 1930, ao exílio na Europa.

— Depois de ter publicado *Casa-Grande & Senzala*, ensinou, como professor extraordinário, nas Universidades de Stanford, Michigan, Indiana e Virginia, e dirigiu um seminário sobre a Sociologia da Escravidão na Universidade de Columbia.

— No Brasil foi fundou cátedras de Sociologia, como a da Escola Normal do Recife; e da Faculdade de Direito de Recife, 1925.

— No ano de 1946, foi eleito deputado Constituinte.

Em 1948, como deputado, apresenta o Projeto de Lei que dou origem ao

Instituto Joaquim Nabuco, transformado em fundação no ano de 1980.

— Em 1962 recebeu o título de doutor Máximo na Universidade de Coimbra.

— No ano 1965 recebeu o título de Doutor Honoris Causa nas Universidades de Münster (Alemanha) e Sussex (Inglaterra).

— Em 1971, a Rainha Elizabeth II concedeu-lhe o título de Cavaleiro Comandante do Império Britânico.

7.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O RACISMO

O tema do “país mestiço”, uma característica que teria abrandado o racismo e os seus efeitos entre nós, continua nessa aula com a seguinte discussão: de que forma o direito brasileiro acompanhou essa discussão sobre a discriminação racial em nossa sociedade?

Para incrementá-la será apresentado um breve panorama histórico da legislação que o Brasil criou para tratar desse tema, focado fundamentalmente em duas leis — a Lei Afonso Arinos (1951) e a Lei Caó (1989).



Quem desejar saber mais sobre leis de combate o racismo consultar: SILVA, Jorge da. *Direitos Civis e Relações Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: LUAM, 1994.

A Lei Afonso Arinos³⁶ foi o primeiro texto legal do direito brasileiro que criminalizou a prática de certas formas de discriminação racial:

Art. 1º. Constitui contravenção, punida nos termos desta lei, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil³⁷. [...]

Art. 2º. Será considerado agente de contravenção o diretor, gerente ou empregado do estabelecimento que incidir na prática referida no artigo 1º desta lei.

Das Contravenções

Art. 3º. Recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento de mesma finalidade, por preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. Pena — prisão simples, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 3 (três) a 10 (dez) vezes o maior valor de referência (MVR).

Art. 4º. Recusar a venda de mercadoria em lojas de qualquer gênero ou o atendimento de clientes em restaurantes, bares, confeitarias ou locais semelhantes, abertos ao público, por preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. Pena — Prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses, e multa de 1 (uma) a 3 (três) vezes o maior valor de referência (MVR).

Art. 5º. Recusar a entrada de alguém em estabelecimento público, de diversões ou de esporte, por preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. Pena — Prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses, e multa de 1 (uma) a 3 (três) vezes o maior valor de referência (MVR).

Art. 6º. Recusar a entrada de alguém em qualquer tipo de estabelecimento comercial ou de prestação de serviço, por preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. Pena — prisão simples, de 15 (quinze) dias e 3 (três) meses, e multa de 1 (uma) a 3 (três) vezes o maior valor de referência (MVR).

Art. 7º. Recusar a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. Pena — prisão simples, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 3 (três) vezes o maior valor de referência (MVR). Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 8º. Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público civil ou militar, por preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. Pena — perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o

³⁶ O texto desta lei está disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-norma-pl.html>>. Acesso em: 21/10/2014.

³⁷ Ao longo da sua vigência, nos anos 1980, a discriminação em razão do gênero e estado civil foram incluídas no texto da Lei Afonso Arinos. Nas suas origens, essa lei só tratava da tipificação e punição/ criminalização das discriminações resultantes de preconceitos fundados na cor e na raça.

funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 9º. Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. Pena — prisão simples, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (uma) a 3 (três) vezes o maior valor de referência (MVR), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.



38

Afonso Arinos

Quem foi Afonso Arinos (1905-1990)? Político, advogado, professor e autor do projeto de lei que deu origem ao primeiro diploma legal que criminalizou a prática do preconceito de cor e raça. Essa lei, de n. 1.390/51, ficou conhecida pelo seu nome, e vigorou até quase o final dos anos 80. Para conhecer um pouco das obras que Afonso Arinos Mello Franco escreveu consulte: a) *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000; b) *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

³⁸ Disponível em: <<http://tinyurl.com/o2ggckm>>. Acesso em: 21/10/2014.



O aluno que desejar saber algo mais sobre a Constituição (1946) que deu fundamento a Lei Afonso Arinos e inaugurou à criminalização da prática do Racismo, poderá consultar: NOGUEIRA, Octaciano. *A Constituinte de 1946. Getúlio, o Sujeito Oculto*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



No direito brasileiro do século XX e XXI, a proibição da prática do racismo sempre esteve nos textos das nossas Constituições. É tradição que remonta ao texto da Carta de 1934. Por conta da Carta de 1988, em substituição à lei Afonso Arinos, o Brasil produziu uma nova legislação para criminalizar certas formas de racialização e promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os negros e os brancos. Essa nova Constituição determinou que



a prática racismo constitui um crime inafiançável e imprescritível, definido e punido na forma da lei — antes dela o racismo era uma contravenção penal. Diz o texto dessa Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLII — a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Para complementar essa norma constitucional, que impôs a transformação da prática do racismo em crime inafiançável e imprescritível, o Congresso Nacional aprovou a Lei Caó³⁹ cuja origem está em um projeto de lei apresentado pelo deputado constituinte Carlos Alberto de Oliveira:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.”
(nova redação dada pela Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997).

(redação original) **Art. 1º** Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

.....

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada. Pena: reclusão de dois a cinco anos. § 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica: (Redação da LEI Nº 12.288/20.07.2010).

I — deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores; (Redação da LEI de n. 12.288/20.07.2010); II — impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional; (Redação da LEI Nº 12.288/20.07.2010);

III — proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho,

especialmente quanto ao salário. (Redação da LEI Nº 12.288/20.07.2010).

.....

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público. Pena: reclusão de um a três anos.

³⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 21/10/2014.

Art. 10. Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fim de divulgação do nazismo. Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

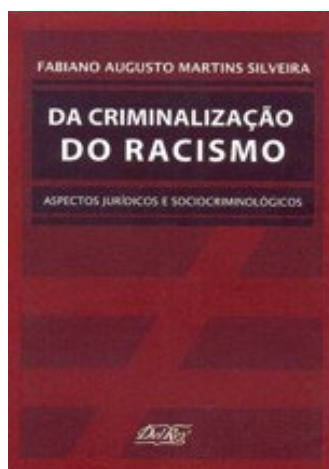
§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: Pena reclusão de dois a cinco anos e multa.

Quem foi Carlos Alberto Caó? Advogado, jornalista e, como acabamos de ver, deputado constituinte. Caó é um líder e militante histórico do Movimento Negro Brasileiro — um conjunto de instituições que lutam contra o racismo, a discriminação e a desigualdade nos mais diferentes espaços da nossa sociedade.



Caó sendo homenageado por estudantes.

Para saber mais sobre como o direito tem sido usado para criminalizar a prática do racismo e combater os efeitos da discriminação, consultar: a) SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. *Da Criminalização do Racismo: Aspectos Jurídicos e Sociocriminológicos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, b) SILVA, Katia Elenise Oliveira da. *O papel do direito penal no enfrentamento da discriminação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001; d) VIEIRA JÚNIOR, Ronaldo Araújo. *Responsabilização objetiva do Estado: Segregação Institucional do Negro e Adoção de Ações Afirmativas como Recuperação de Damos*. Curitiba: Juruá, 2005.



Quem tiver interesse em conhecer quais são as políticas públicas e “medidas governamentais” que o Brasil vem adotando, nas últimas décadas, para combater a prática do racismo e assegurar o direito à igualdade de tratamento e oportunidades, consultar: a) BEGHIN, Nathalie; JACCOUD, Luciana. *Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002. FONSECA, Dagoberto José. *Políticas Públicas e Ações Afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009; c) JACCOUD, Luciana (org.). *A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: Ipea, 2009; d) THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. Maiores informações sobre onde e como encontrar as publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estão disponíveis no seguinte site: <http://www.ipea.gov.br>. O IPEA, é um órgão do governo federal responsável por pesquisas e estudos que dão origem às políticas públicas focadas no desenvolvimento do nosso país.



Haiti
(Caetano Veloso/ Gilberto Gil, 1993)

Quando você for convidado pra subir no adro da
Fundação Casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos
Pretos

Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos
E outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são
Tratados

E não importa se olhos do mundo inteiro possam
Estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque, um batuque com a pureza de
Meninos uniformizados
De escola secundária em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada
Nem o traçado do sobrado, nem a lente do Fantástico
Nem o disco do Paul Simon
Ninguém
Ninguém é cidadão
Se você for ver a festa do Pelô
E se você não for
Pense no Haiti
Reze pelo Haiti

O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui
[...]

**PARTE II — OS DOIS BRASIS****8 — OS SERTÕES: O DILEMA ENTRE OS DOIS BRASIS**

Daremos agora início ao segundo módulo do nosso curso, que tem como tema central uma das mais recorrentes oposições presentes nas interpretações sobre o Brasil: o divórcio entre os dois brasis, recorrente em vários eixos antinômicos — o Brasil do litoral e o dos sertões, o moderno e o atrasado, o civilizado e o rústico, aquele que se desenvolve e o que passa fome, o que aponta para o futuro e o que está preso a reminiscências do passado.

Nas próximas aulas, discutiremos parte de um livro sempre considerado pelos intelectuais como uma obra chave para compreensão do Brasil. Trata-se do livro *Os Sertões* (1902), de autoria de Euclides da Cunha — 1866/1909. Esse livro fez com que Euclides da Cunha e as suas principais interpretações do Brasil ficassem conhecidos nacional e internacionalmente.

Fez a cobertura da Guerra de Canudos, no interior da Bahia, para o *Jornal o Estado de São Paulo*. Com base no material que enviou para este periódico a fim de divulgar o que acontecia nessa Guerra, Euclides escreveu a obra que consagrou a sua genialidade e as suas interpretações do Brasil: *Os Sertões*.



Euclides da Cunha e imagem da sua obra mais conhecida — Os Sertões

Quem foi Euclides da Cunha? Membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB. Foi escritor, sociólogo, repórter jornalístico, geógrafo, e engenheiro militar.



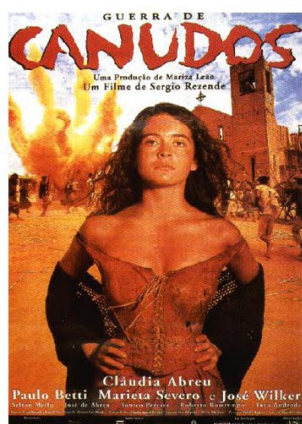
Discutiremos a parte 2 dos Sertões, o capítulo “O homem”. Nele, Euclides apresenta uma visão sobre a população sertaneja marcada por contradições. Por um lado, influenciado pelas teorias consideradas científicas à época — abordadas anteriormente, o autor considera negativamente essa população porque, segundo as suas próprias palavras, “a mestiçagem extremada é um retrocesso”. Do outro lado, Euclides exaltava os feitos dos integrantes dessa mesma população, o sertanejo, que, com bravura, resistia a todas as adversidades do meio ambiente, o Sertão.

Nessa linha de pensamento, na qual consta uma imagem negativa da mestiçagem, Euclides apresenta o sertanejo como retrógrado, resistente à civilização e presa fácil do misticismo religioso e de líderes messiânicos como Antônio Conselheiro.

No seu livro, e em especial na parte que vamos ler e comentar, Euclides compara e aponta diferenças entre o mestiço do litoral e do interior — “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, que sabe resistir como ninguém à violência exercida pelos donos de terras e pelos “civilizados” do litoral. Temos nesse quadro descrito por Euclides o tema recorrente de uma nacionalidade dividida.

Para compreender o livro que imortalizou Euclides da Cunha, é preciso contextualizar a sua vida e a obra, assinalando sua formação “cientificista” na Escola Militar e sua profissão de engenheiro. Devemos nos lembrar da ocorrência de vários movimentos sociais rurais no Brasil entre 1870 e 1920, que, a partir de 1889, começaram a ser vistos como obstáculos ao progresso e consolidação do regime republicano.

O que foi a Guerra do Canudos? O confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por Antônio Conselheiro, que aconteceu no interior da Bahia de 1896 a 1897. Após o envio da sua quarta expedição, o Exército Brasileiro debelou Canudos, e os principais resultados dessa vitória foram a morte de Antônio Conselheiro, a degola de muitos prisioneiros de guerra e a completa destruição de todas as 5.200 casas do arraial de Canudos.



40



41

Pôster do filme sobre Canudos e uma imagem do líder carismático Antonio Conselheiro (1830 — 1897).



42

Exército Brasileiro durante a Guerra de Canudos



43

O líder Antonio Conselheiro morto

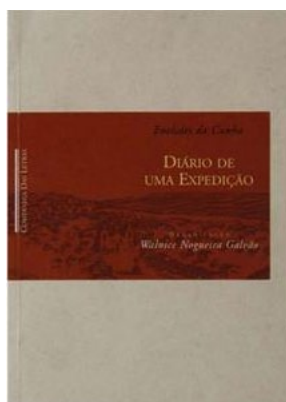
Quem quiser saber mais sobre Euclides da Cunha, consultar: a) GALVÃO, Walnice Nogueira. *Diário de uma Expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 VENTURA, Roberto. “Os Sertões entre dos centenários. In: MADEIRA, Angélica e VELOSO, MARIZA (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: UnB, 2001; c) VENTURA, Roberto. *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, 2002.

⁴⁰ Disponível em: <<http://tinyurl.com/o8qvwyx>>. Acessado em 21/10/2014.

⁴¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Conselheiro>. Acessado em 21/10/2014.

⁴² Disponível em: <<http://tinyurl.com/p96k4vr>>. Acessado em 21/10/2014.

⁴³ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Conselheiro>. Acessado em 21/10/2014.



SUGESTÃO PARA PESQUISA NA INTERNET: O site www.euclidesdacunha.com.br contém informações sobre a vida e a obra de Euclides da Cunha, além de muitas fotos sobre este importante intérprete do Brasil.



Mapa da localização geográfica de Canudos, interior da Bahia.

⁴⁴ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos>. Acessado em 21/10/2014.



No ano de 1976, a Guerra de Canudos, a saga de Antonio Conselheiro e dos sertanejos, retratados por Euclides da Cunha, foram transformados em samba de enredo pela Escola de Samba Em Cima da Hora. Até hoje esse samba é considerado um dos mais belos do gênero de todos os tempos. O desfile em que a Em Cima da Hora — fez para defender esse samba e disputar o carnaval de 1976 pode ser assistido no seguinte site:
<http://www.youtube.com/watch?v=qtMJ3wDJSCg>.

Pequenos filmes sobre a vida de Euclides da Cunha podem ser vistos nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) <http://www.youtube.com/watch?v=FbuddDK-2QY&feature=related>;
- b) <http://www.youtube.com/watch?v=5ulJf3Jmye4&feature=related>

Os Sertões (1976)

Em Cima da Hora

Composição: Edeor de Paula⁴⁵

Marcado pela própria natureza

O Nordeste do meu Brasil

Oh! solitário sertão

De sofrimento e solidão

A terra é seca

Mal se pode cultivar

Morrem as plantas e foge o ar

A vida é triste nesse lugar

Sertanejo é forte

Supera miséria sem fim

Sertanejo homem forte (bis)

Dizia o Poeta assim

Foi no século passado

No interior da Bahia

O Homem revoltado com a sorte
do mundo em que vivia

Ocultou-se no sertão

espalhando a rebeldia

Se revoltando contra a lei

Que a sociedade oferecia

Os Jagunços lutaram

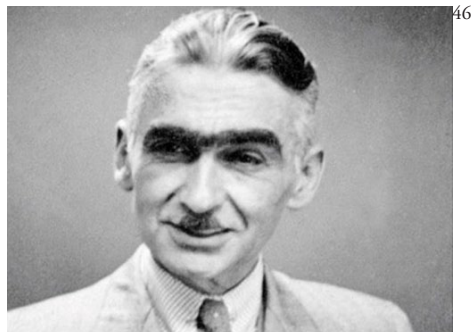
Até o final

Defendendo Canudos (bis)

Naquela guerra fatal.

⁴⁵ Este é o samba de enredo que a Escola de Samba em Cima da Hora apresentou no desfile de carnaval de 1976.

9 — AS BASES DO PENSAMENTO SANITARISTA E O ENGAJAMENTO DE MONTEIRO LOBATO ATRAVÉS DE JECA TATU

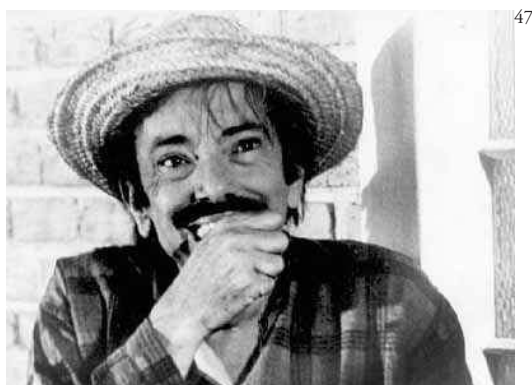


Nas nossas próximas aulas, conheceremos um personagem famoso do imaginário social brasileiro, o Jeca Tatu. Leremos trechos da crônica *Urupês* com o qual Monteiro Lobato (1882 — 1948) criou este personagem. Monteiro Lobato critica a visão romântica do indígena na literatura brasileira (como a apresentada por José de Alencar): “Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígene de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.” Essa é a “raça” do caboclo, do caipira, representada pela figura do Jeca Tatu: “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!” Doente, supersticioso, fatalista, preguiçoso e incapaz para o trabalho produtivo, o caipira é avesso ao progresso e à mudança. É incapaz, enfim, de ser brasileiro: “O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive”.

Quem foi Monteiro Lobato? José Bento Renato Monteiro Lobato foi um dos mais influentes escritores brasileiros do século XX, editor de livros e autor de importantes traduções. Ficou popularmente conhecido pelo enfoque educativo de suas obras. Escreveu importantes livros infantis, o que constitui aproximadamente a metade da sua produção literária — uma das mais famosas delas é o *Sítio do Pica-pau Amarelo* cujos personagens centrais são Emília (a boneca de pano), Narizinho, Pedrinho, o Visconde de Sabugosa, o Saci Pererê, a Cuca, D. Benta e a Tia Nastácia. Monteiro Lobato era formado em Direito pela USP e chegou a atuar como promotor de justiça na cidade de Areais.

⁴⁶ Disponível em: <<http://destaquein.sacrahome.net/files/images//lobato.jpg>>. Acesso em 27 de set. 2010.

No dia 20 de março 1919, Ruy Barbosa pronunciou, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, uma conferência sobre a questão social e política no Brasil, com grande repercussão na imprensa. O discurso começava com uma longa referência ao Jeca Tatu, visto por ele como sujeito às ações [d] “os manda-chuvas deste sertão mal-roçado que se chama Brasil”. Este discurso contribuiu para que o Jeca Tatu alcançasse notoriedade nacional. Dentro deste bloco, assistiremos o filme Jeca Tatu, de Mazzaropi (1959). Um dos cineastas e atores mais populares do cinema brasileiro de todos os tempos, apesar de geralmente odiado pelos críticos, Amácio Mazzaropi filmou e representou várias vezes o personagem de Monteiro Lobato, embora emprestando sua visão ao personagem. Esses filmes são classificados geralmente como “comédias musicais”, mas neles Mazzaropi também retrata temas “sérios” e caros à temática do curso, como a exploração dos pequenos colonos pela ganância do latifúndio e o sistema político local dominado pelos “coronéis”.



47



O “Caipira picando fumo”, de Almeida Júnior (1893), e o filme Jeca Tatu.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.museu-mazzaropi.org.br/filmes/>>. Acesso em 21/10/2014.

O debate sobre o filme de Mazzaropi leva à discussão sobre cultura popular. Podemos destacar duas visões distintas: 1) a que vê a cultura popular como espúria, sem qualidade, banal; e 2) a que a vê como mais autêntica e pura. Numa visão mais moderna sobre o conceito de cultura, é preciso enfatizar a existência de uma circularidade entre a cultura do “povo” e das “elites”.

Os temas “sérios” presentes no filme Jeca Tatu — por exemplo, a exploração dos pequenos colonos pela ganância do latifúndio e o sistema político local dominado pelos “coronéis” — servirão de ligação com o tema central do texto a ser examinado posteriormente.

Para saber mais sobre as obras e personagens de Monteiro Lobato, poderá consultar uma das suas obras: a) *Ideias de Jeca Tatu*. Globo: 2008; b) *Saci Pererê: o resultado de um inquérito*. Globo: 2008.

48



Monteiro Lobato foi um homem de múltiplas atividades, destacando-se que:

- a) foi fazendeiro (herda fazenda do avô — daí veio à inspiração de Jeca Tatu);
- b) jornalista — as suas crônicas sobre o personagem Jeca Tatu foram inicialmente divulgados através de *O Estado de São Paulo*;
- c) editor (compra a Revista do Brasil em 1918 e inicia, nesse mesmo ano, sua editora, a Monteiro Lobato);
- d) adido comercial em Nova Iorque de 1927 a 1931;
- e) nacionalista histórico e grande incentivador das campanhas do Petróleo e do Ferro;
- f) em 1925, candidata-se a ABL, mas não é aceito.
- g) no ano de 1944, é indicado membro da ABL, *mas não aceita* — diz-se lisonjeado, mas declara ser “mal comportado” para o *Petit Trianon*.

⁴⁸ Disponível em: <<http://tinyurl.com/oncqff7>>. Acesso em 21/10/2014.

**“JECA TOTAL”**

(Gilberto Gil)

Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Presente, passado
Representante da gente no senado
Em plena sessão
Defendendo um projeto
Que eleva o teto
Salarial no sertão

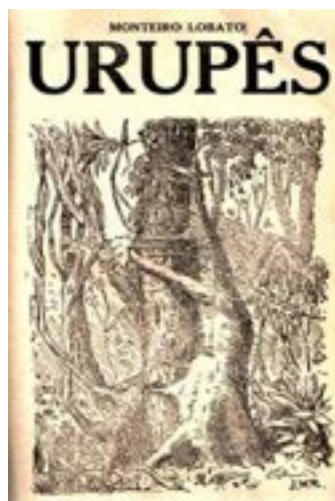
Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Doente curado
Representante da gente na sala
Defronte da televisão
Assistindo Gabriela
Viver tantas cores
Dores da emancipação

Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Um ente querido
Representante da gente no olimpo
Da imaginação
Imaginacionando o que seria a criação
De um ditado
Dito popular
Mito da mitologia brasileira
Jeca Total

Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Um tempo perdido
Interessante a maneira do tempo
Ter perdição
Quer dizer, se perder no correr
Decorrer da história
Glória, decadência, memória
Era de Aquarius
Ou mera ilusão

Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Jorge Salomão

Jeca Total Jeca Tatu Jeca Total Jeca Tatu
Jeca Tatu Jeca Total Jeca Tatu Jeca Total



Capa da 1ª edição do livro Urupês (1918)

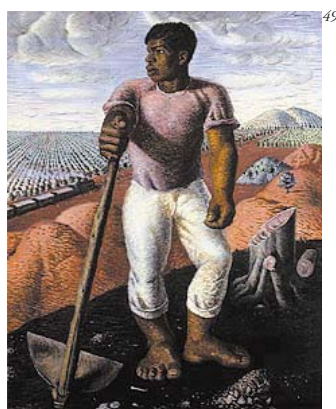
Terminamos sugerindo a leitura de uma música que retrata a vida do caipira:

“De Papo pro Ar” (Música)
(Joubert de Carvalho / Olegário Mariano — 1931)

Eu não quero outra vida
Pescando no rio de Jereré
Tenho peixe bom
Tem siri patola
Que dá com o pé
Quando no terreiro
Faz noite de luar
E vem a saudade me atormentar
Eu me vingo dela
Tocando viola de papo pro ar
Se compro na feira
Feijão, rapadura
Pra que trabalhar
Sou fi lho do homem
E o homem não deve
Se apoquentar

10 — O BRASIL DOS “CORONÉIS” E O PACTO POLÍTICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Nesta aula, vamos analisar parte de um clássico sobre a política no Brasil, que é o livro *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil* [1949], de Victor Nunes Leal. O livro foi aclamado como o primeiro estudo de ciência política moderna no Brasil pelo uso rigoroso dos conceitos, pelo uso de fontes primárias, como discursos políticos, documentos da burocracia estatal, dados sobre estrutura fundiária e dados sobre os pleitos eleitorais, e pelo desenvolvimento de uma teoria de médio alcance: a teoria do sistema coronelista.



O lavrador de café de Cândido Portinari.

O livro analisa o fenômeno do poder local característico do interior — o “coronelismo” —, sistema político e econômico que vigorou durante a Primeira República. O “coronelismo” seria marcado por uma rede complexa de relações, favores e compromissos que envolvem o “coronel” local, os governadores dos Estados e o presidente da República.

O aluno deve ter em mente a imagem das elites rurais — o “coronel” — representado em muitos dos filmes de Mazzaropi.

O coronelismo foi, então, um fenômeno marcado pela presença dos coronéis e chefes políticos municipais, representando as oligarquias locais, que possuíam rígido controle sobre os votos dos eleitores de seu território de influência, via cabos eleitorais e capangas, constituindo os currais eleitorais e produzindo o chamado voto de cabresto. Como consequência, esse sistema tinha a instituição do:

- Filhotismo
- Mandonismo local
- Falseamento do voto
- Desorganização dos serviços públicos locais

⁴⁹ Disponível em: <<http://tinyurl.com/qamb6rk>>. Acessado em 21/10/2014.



Com relação à gênese do sistema coronelista, Victor Nunes argumenta que no processo de construção do estado brasileiro, o centralismo imperial é substituído pelo federalismo, que concentra poder em nível estadual, posto que os chefes estaduais passam a receber mais recursos do governo federal. Nesse contexto, poder local perde força e se enfraquece face ao Estado. Em um regime político de extensa base representativa, os chefes locais passam a barganhar os recursos do governo central e estadual através do oferecimento de votos, que se constituem em moeda de troca.

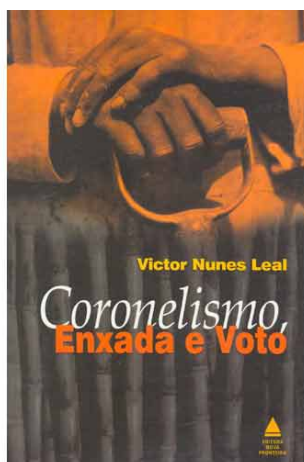
Ou seja, para o autor, o coronelismo rural só foi possível porque houve uma significativa ampliação do colégio eleitoral na república, quando comparado ao império. Uma inovação institucional altamente democrática e que fortaleceria o princípio da representação não se realizou, entretanto, num vazio de relações sociais.

Uma questão que o aluno deve considerar durante a leitura é se o coronelismo, ao término da primeira República, provocou a extinção de suas práticas. As práticas coronelistas proporcionaram uma sobrevida da agricultura latifundiária já decadente na segunda metade do século XIX, e estão intrinsecamente relacionadas com o modelo federativo previsto na Carta de 1891; e legitimada pela “Política dos Estados”, rotinizada pela presidência de Campos Sales.

Quem foi Victor Nunes Leal (1914 — 1985)? Foi um renomado jurista e professor brasileiro. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais (1936) na antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. No ano de 1947 apresentou e defendeu a tese — *O municipalismo e o regime representativo no Brasil — uma contribuição para o estudo do coronelismo* — para ingressar como professor nesta universidade. No ano de 1948, a sua tese foi publicada pela Editora Forense com o título *Coronelismo, enxada e voto*. Nunes Leal foi, além de professor, Procurador-geral de Justiça do DF (de março a novembro de 1956), Chefe da Casa Civil da Presidência da República (1956 — 1959), consultor geral da República (1960) e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1960-1969) do qual foi afastado do Supremo por força do Ato Institucional nº 6 (AI-6), de 1º de fevereiro de 1969. Esse afastamento fez com que ele retornasse ao exercício da advocacia. Dedicou aos seus estudos a produção de obras sobre o direito público brasileiro. Victor Nunes Leal participou do projeto de criação da UnB.

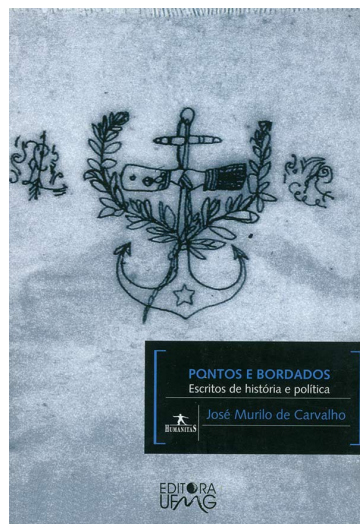


50



Victor Nunes Leal e o livro que o consagrou como um dos grandes intérpretes do Brasil.

Sobre a Primeira República e o governo de Campos Salles (1898 — 1902), consulte: LESSA, Renato. *A invenção Republicana*. Topbooks: 1999. Sobre o coronelismo e mandonismo, consultar: CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In. *Pontos e Bordados. Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999 (pg. 130-153).



O Brasil é um dos maiores colégios do mundo, sendo superado apenas pela Índia e os USA. Quem quiser saber mais sobre o sistema eleitoral e político do Brasil, consultar:

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=108>>. Acessado em 21/10/2014.



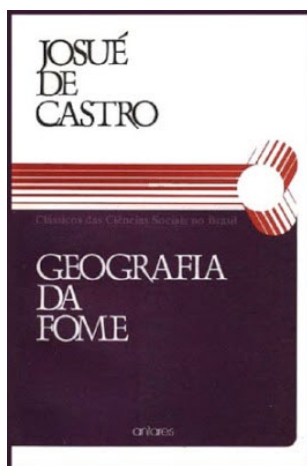
- a) ARINOS, AFONSO et alli. *Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral, 1821 — 1921*. Brasília: UnB, 1981;
- b) AVELAR, Lúcia (org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Ed. UNESP/ Fundação Konrad Adenauer, 2007;
- c) NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2004;
- d) PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. Brasília: UnB, 2000.



11 — O BRASIL DA FOME

Esta aula encerra a parte II do programa abordando um dos aspectos centrais da oposição entre os dois brasis: a fome. O texto clássico sobre essa discussão é:

- Castro, Josué de. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). Introdução e cap. VI, “Estudo do conjunto brasileiro”. [34p.]



O autor, que dedica o livro à memória de Euclides da Cunha, chama atenção para a extensão da fome no Brasil, ao estudar a situação alimentar nas várias regiões do país. A fome no Brasil, na visão de Josué de Castro, “é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Efeito de uma sociedade desajustada e de uma economia desequilibrante e destrutiva — caracterizada pela predominância de uma agricultura extensiva de exportação ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência”, a fome só poderá ser vencida quando houver mudança nas estruturas sociopolíticas brasileiras que levem à superação do subdesenvolvimento.

11.1 TEXTO COMPLEMENTAR

"GEOGRAFIA DA FOME", DE JOSUÉ DE CASTRO, FAZ 60 ANOS⁵¹

06/10/2006

Vítor Corrêa — *Da equipe Fome Zero*

Em 2006, o livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, completa 60 anos de história. A publicação apresenta um dos mais profundos estudos brasileiros sobre a insegurança alimentar presente no Brasil, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Aponta também que a falta de nutrientes, na comida cotidiana de tais povos, se dá por características climáticas, culturais e do solo, próprias de cada localidade, além do motivo principal: a concentração de terra na mão de poucas pessoas.

O pensamento, à época do lançamento — 1946 —, era de que o fenômeno da fome era natural e impossível de ser revertido. Por isso, Josué de Castro colocou na introdução do livro: “Interesses e preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado”.



Josué de Castro
Acervo do Projeto Memória

Ao quebrar este silêncio, o autor ganhou destaque internacional e suas obras traduzidas para mais de 25 países e recomendadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Ele, inclusive, ocupou a presidência do Conselho do órgão, de 1952 a 1956, e recebeu duas indicações ao Prêmio Nobel da Paz.

Uma das filhas de Josué, a professora universitária Ana Maria de Castro, conta que *Geografia da Fome* serviu para desmistificar a crença de que o fenômeno é um mal ligado à raça. “A fome foi criada artificialmente pelo modelo adotado então. Dizia-se que o Brasil era um país de indolentes, mestiços, de

⁵¹ Disponível em: <<http://www.fome-zero.gov.br/noticias/geografia-da-fome-de-josue-de-castro-faz-quarenta-anos>>. Acesso em: 21/10/2014.

gente de cor e que, por isso, a fome deveria fazer parte do dia-a-dia do brasileiro”, explica a socióloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para desconstruir tal discurso, Josué de Castro viajou todo o Brasil, dividindo-o em cinco regiões, conforme características alimentares de cada uma: Amazônia, Nordeste açucareiro, que abrange somente o litoral, Sertão nordestino, Centro-Oeste, ao qual foi incorporado o estado de Minas Gerais e o Sul do país. Ele dedicou um capítulo de *Geografia da Fome* a cada uma dessas localidades e analisou o processo de colonização das áreas, de produção de alimentos e de aparecimento de doenças nos moradores.

Assim, comprovou que o consumo irregular de proteínas, cálcio e ferro, em algumas regiões, e de vitaminas, iodo e cloreto de sódio em outras, não decorre de fenômenos naturais, mas da prioridade dos governantes. Para o autor, a forma de evitar tais carências nutritivas seria a distribuição de terra. “É indispensável alterar substancialmente os métodos de produção, o que só é possível reformando as estruturas rurais vigentes. Apresenta-se, deste modo, a reforma agrária como uma necessidade histórica nesta hora de transformação social que atravessamos, como um imperativo nacional”, escreveu Josué de Castro, na análise final do livro.

Ele é autor de frases emblemáticas que serviram para popularizar as injustiças que o fenômeno trouxe, e ainda traz, a milhões de indivíduos do planeta Terra: “Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”; “Metade da população brasileira não dorme porque tem fome; a outra metade não dorme porque tem medo de quem está com fome”; “Só há um tipo verdadeiro de desenvolvimento: o desenvolvimento do homem”.

Combate à fome: do silêncio à garantia constitucional

Em meados de 1946, a fome era tratada como tabu. Josué a classificava como delicada e perigosa. Nos anos seguintes, entretanto, a temática passou a ser estudada nas escolas e universidades, conforme relata Ana Maria de Castro: “*Geografia da fome* marcou tanto que era um livro básico para os jovens. Todos liam”. Com o regime militar, o assunto perdeu importância e o próprio Josué de Castro teve os direitos políticos cassados. À época, o autor era o deputado federal mais votado do Nordeste.

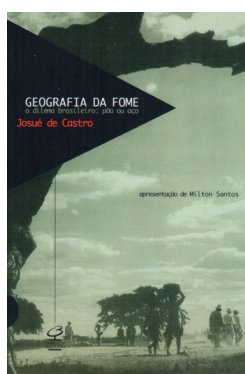
Exilou-se na capital francesa, Paris, onde ainda exerceu o ofício de professor, como o fez na então Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Acabou morrendo longe do país de origem, em 24 de setembro de 1974, aos 65 anos de idade.

Ana Maria de Castro, filha do estudioso, conta que a bandeira do combate à fome seguiu pelas mãos do teólogo e escritor Frei Betto e do sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho. Porém, na visão da professora um momento separa a luta antes de Josué e a luta depois dele: a Lei Orgânica de Seguran-

ça Alimentar e Nutricional (Losan), sancionada em setembro de 2006. “Se antigamente nem era possível falar em fome no Brasil, hoje a constituição prevê o acesso à alimentação como um direito humano”, comemora. “É o coroamento da ideia de Josué de Castro”.

Mas a Losan vai além: responsabiliza o poder público pelo acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, a toda população. Em outubro de 2005, quando o anteprojeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, fez referência à importância do texto: “A proposta criará condições para que o combate à fome e a promoção da alimentação saudável, tornem-se compromisso permanentes do Estado Brasileiro, com participação da sociedade civil”.

Era justamente a interferência dos governantes no combate à fome que Josué de Castro defendeu em sala de aula, em fóruns internacionais e na atuação parlamentar pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).



Capa do livro *Geografia da Fome*

Obra de Josué de Castro

Geografia da Fome, apesar de sexagenário, pode ser encontrado nas livrarias pelo preço médio de R\$ 47,9. É que, em 2001, foi lançada nova edição pela editora Civilização Brasileira, com 318 páginas. Outras duas publicações, das 22 de autoria de Josué de Castro, merecem destaque: *Geopolítica da Fome*, análise panorâmica do fenômeno no mundo, e *Homens e Caranguejos*, romance que narra a história de um menino que vive na miséria em meio à lama do mangue.

Para repensar a atualidade da obra do estudioso, foi organizado pelo historiador Manuel Correia de Andrade, em 2003, *Josué de Castro e o Brasil*. O livro reúne textos de José Graziano e Malaquias Batista Filho, por exemplo. No campo cinematográfico, em 1994, Silvio Tendler dirigiu o documentário *Josué de Castro: cidadão do mundo*.

⁵⁶ Disponível: <<http://provsjose.zip.net/images/sergio.jpg>>. Acessado em 18 out. 2010.



Outras informações

Há muito mais a dizer sobre o professor, parlamentar e médico-geógrafo Josué Apolônio de Castro e mesmo de sua principal obra *Geografia da Fome*. Por isso, é importante lembrar o endereço eletrônico de dois Portais que contém informações relacionadas ao autor: www.projetomemoria.art.br e www.josuedecastro.org.br.

⁵⁷ Disponível em: <<http://resistir.info/brasil/imagens/sergio.jpg>>. Acessado em 18 de out. 2010.

**PARTE III — ESTRUTURAS SOCIOPOLÍTICAS E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS DO BRASIL****12 — SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E AS “RAÍZES DO BRASIL”**

52

Conheceremos nessas duas aulas outro grande clássico de interpretação do Brasil: Sérgio Buarque de Holanda, com o livro *Raízes do Brasil*. Neste livro, Sérgio Buarque de Holanda apresenta uma síntese da formação da sociedade brasileira, a partir da análise dos fundamentos da sua colonização. Muito provavelmente inspirado por Max Weber (em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*), Sérgio Buarque preocupa-se em analisar a mentalidade ou o *ethos* do brasileiro.

Quem foi Sérgio Buarque de Holanda? Nasceu e estudou em diversas escolas de São Paulo. Em 1921, mudou-se para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade Nacional de Direito, que hoje pertence a UFRJ, onde obteve o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1925. Participou do Movimento Modernista, escrevendo para as revistas *Klaxon e Estética*. Atuou em diferentes órgãos de imprensa e, entre 1929 e 1930, foi correspondente especial dos Diários Associados em Berlim. De 1953 a 1955, viveu na Itália e nesse período esteve à frente da cátedra de estudos brasileiros da Universidade de Roma. De volta ao Brasil, em 1958, assumiu a cadeira de História da Civilização Brasileira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

⁵² Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Buarque_de_Holanda>. Acessado em: 21/10/2014

Assim como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque salienta a “dupla personalidade” portuguesa, que repousa numa eterna indecisão entre África e Europa. Portugal, destacam ambos os autores, é um território fronteiriço, através do qual a Europa se comunica com o restante do mundo. Não só geograficamente Portugal é uma zona de transição, sua história e, por conseguinte, sua “formação espiritual” encarnam um aspecto indefinido (plástico) e altamente adaptável. Além disso, a sociedade portuguesa já era particularmente marcada pela mobilidade social, enquanto o resto do continente europeu se encontrava ainda rigidamente estratificado.

Em Portugal, valorizava-se desde muito cedo a iniciativa individual. De lá, como também da Espanha, vem o culto à personalidade, que parte do pressuposto da desigualdade entre as pessoas e da possibilidade de superação da origem social. A personalidade valorizada é aquela que se destaca pela ousadia, estando diretamente ligada ao que Sérgio Buarque chama de ética da aventura. A ética da aventura e a cultura da personalidade têm duas implicações para a estrutura social brasileira, segundo o autor:

- Desmotiva a moral do trabalho e o apreço à atividade utilitária (porque o trabalho manual, mecânico e rotineiro é inimigo da personalidade que ousa e que se destaca).
- Tibieza das formas de organização que impliquem solidariedade, por isso, inclusive, a desordem e a falta de coesão social na vida social brasileira.

Essa herança portuguesa, no entanto, não explica toda a formação social brasileira. Há o peso das estruturas agrárias (incluindo a família patriarcal) conjugadas com a dinâmica da escravidão. Para Sérgio Buarque, a família patriarcal seria a principal herança rural do Brasil e colocaria um dilema fundamental para a modernização das relações políticas no país. A pedagogia moderna, o público e o Estado têm virtudes anti-familiares.

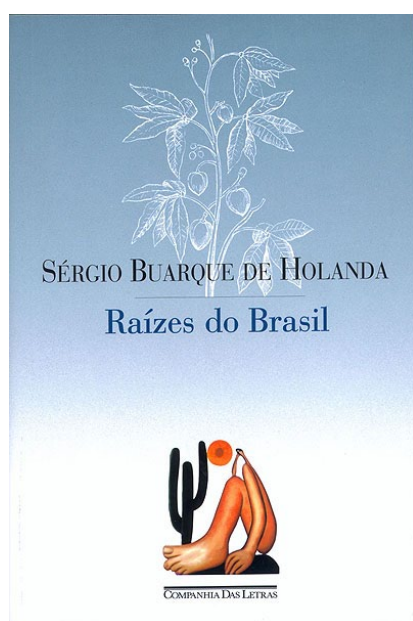
Segundo a avaliação do autor, o processo de industrialização brasileiro estava a suprimir a atmosfera de intimidade e sentimento de família que até então operava. Na nova ordem, importada da Europa Moderna, as instituições e as relações sociais passam a se fundar em princípios abstratos, substituindo os laços de afeto e sangue. A mentalidade do meio patriarcal, por sua vez, resiste às tendências igualitárias e impessoais do mundo moderno, e confunde os domínios público e privado.

Toda a obra, aqui analisada, é atravessada pela indagação a respeito das condições de possibilidade da convergência entre um *ethos* cordial e os postulados de uma ordem racionalizadora, formalista e democrática.

Além de apresentar a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, que notabilizou o conceito de cordialidade na construção da identidade nacional,

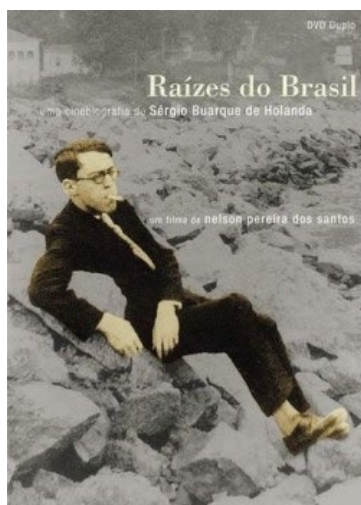
a aula sobre o livro “Raízes do Brasil”, oferecerá uma breve explicação sobre a metodologia dos tipos ideais e sobre conceitos sociológicos como *patrimonialismo*, *burocracia* e *Estado Moderno*, desenvolvidos por Weber, uma das suas principais influências intelectuais de Sérgio Buarque de Holanda.

Para saber mais e conhecer melhor a obra de Sérgio Buarque de Holanda: consultar o site www.unicamp.br/siarq/sbh. Este site foi criado e organizado pela Unicamp em comemoração do seu centenário de nascimento desse grande intérprete do Brasil. Nele é possível encontrar uma cronologia sobre esse autor, a listagem de suas obras e informações sobre o Acervo Sérgio Buarque de Holanda, que a Unicamp abriga desde 1983.



Cronologia e título das principais obras de Sérgio Buarque de Holanda:

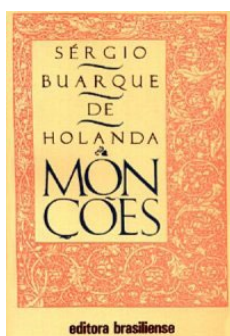
- a) *Cobra de Vidro*. São Paulo, 1944;
- b) *Monções*. Rio de Janeiro, 1945;
- c) *Expansão Paulista em Fins do Século XVI e Princípio do Século XVII*. São Paulo, 1948;
- d) *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro, 1957;
- e) *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, 1959;
- f) *Do Império à República*. São Paulo, 1972. (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, vol. 5).



A imagem do documentário sobre o autor de Raízes do Brasil.

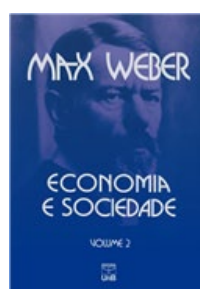


Sérgio Buarque
de Holanda
*Visão
do Paraíso*
COMPANHIA DAS LETRAS



Quem foi Max Weber? Maximillian Weber (1864 — 1920) foi um intelectual alemão, jurista e economista. É considerado um dos fundadores da Sociologia moderna e da administração. Entre os temas que são correntes nas suas obras estão a burocracia, a racionalização e a legitimidade do poder. Obras de Max Weber:

- Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1999;
- A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



13 — CAIO PRADO JÚNIOR E A VISÃO MARXISTA SOBRE O BRASIL



A partir deste momento entra em cena a perspectiva marxista de interpretação sobre o Brasil, por meio de seu principal representante: Caio Prado Júnior.

Para ele, o “sentido” da evolução de um povo só pode ser percebido quando desviamos o olhar dos pormenores de sua história e nos voltamos para o conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num longo período de tempo. Caio Prado examina as características da colonização do Brasil, vista como um capítulo da história do desenvolvimento do capitalismo comercial europeu. A exploração agrária nos trópicos realizou-se em grandes unidades produtoras, que reuniram grande número de trabalhadores subalternos. Por esse motivo, nossa colonização, diferente da ocorrida na América do Norte, recorreu mais à mão-de-obra escrava indígena e principalmente africana, do que à atração de colonos europeus.

Enquanto na América do Norte constituíram-se colônias de povoamento, escoadouro para excessos demográficos da Europa que se reconstituíram no Novo Mundo, mantendo uma organização e uma sociedade semelhantes à do seu modelo de origem europeu, nos trópicos, pelo contrário, surgiu um tipo de sociedade inteiramente original.

As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com a ideologia marxista, com a qual busca uma explicação diferenciada para a sociedade colonial brasileira.

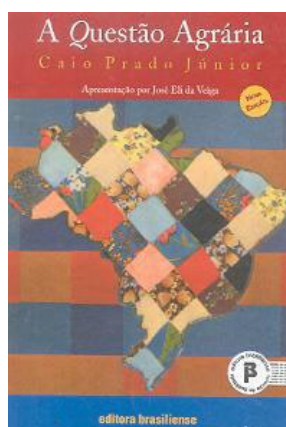
No seu conjunto, e vista no plano internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.

Na essência da formação brasileira, Caio Prado vê que, na realidade, constituímos-nos para fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Este caráter se manteve dominante através dos três séculos do período colonial, mas, para além dele, gravou-se profunda e totalmente nas feições e na

⁵³ Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/62.av>>. Acesso em: 21/10/2014.

mentalidade. O “sentido” da evolução brasileira, segundo Caio Prado Jr., ainda se afirmaria por aquele caráter inicial da colonização: permanente exploração.

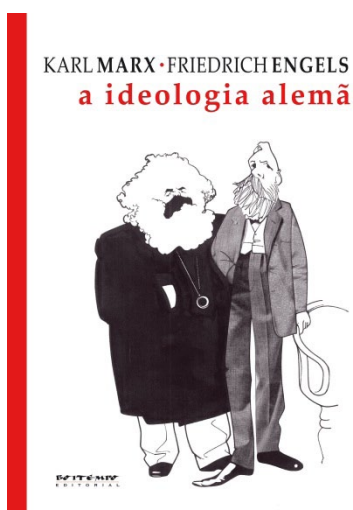
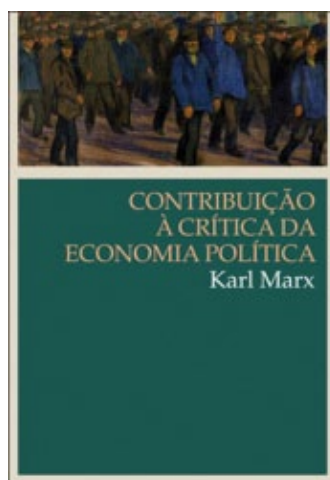
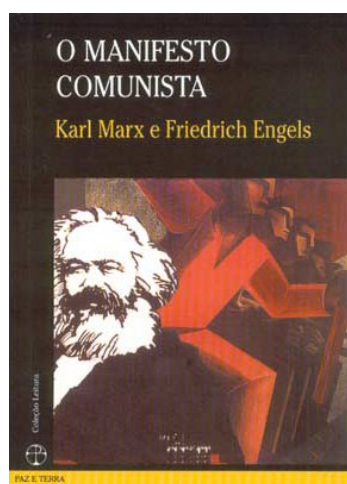
Quem foi Caio Prado Júnior? Caio da Silva Prado Júnior (1907 — 1990). Foi historiador, geógrafo, escritor, político, professor e editor brasileiro. Formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo (1928), onde mais tarde tornou-se livre-docente de Economia Política. Teve intensa vida política ao longo das décadas de 30 e 40, participando das articulações para a eclosão da Revolução de 1930. No ano de 1945 foi eleito deputado estadual, como terceiro suplente pelo PCB e, em 1948, deputado da Assembleia Nacional Constituinte, cujo mandato seria cassado em 1948 por determinação do Tribunal Superior Eleitoral.



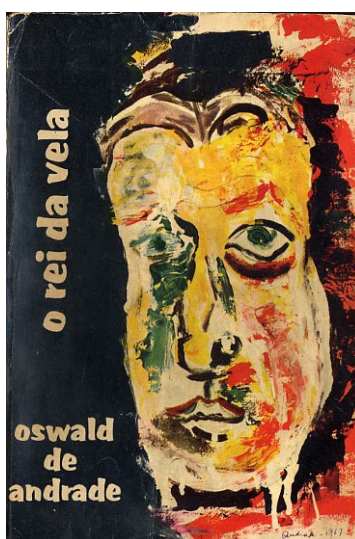
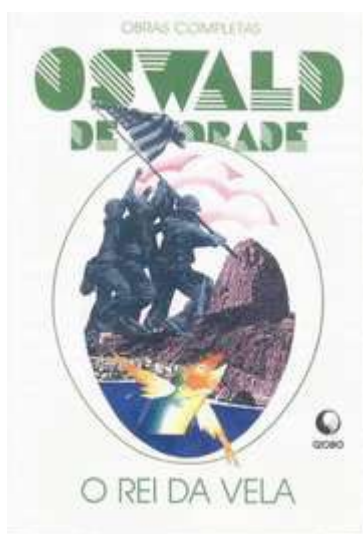
Cronologia das principais obras de Caio Prado Jr.:

- a) 1933: *Evolução política do Brasil*;
- b) 1942: *Formação do Brasil Contemporâneo*;
- c) 1945: *História Econômica no Brasil*;
- d) 1952: *Dialética do Conhecimento*;
- e) 1953: *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*;
- f) 1954: *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*;
- g) 1957: *Esboço de Fundamentos da Teoria Econômica*;
- i) 1966: *A Revolução Brasileira*;
- h) 1972: *História e Desenvolvimento*;
- i) 1979: *A Questão Agrária no Brasil*.

Quem desejar saber mais sobre o marxismo, consultar: a) CAMPOS, Benedicto de. *Constituição de 1988: Uma análise Marxista*. São Paulo: Alfa-Omega. 1990; b) ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes. 2007; c) ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 2008; d) MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



Em seguida aos debates sobre Caio Prado Jr., será representado pelos alunos o 1º ato de *O rei da vela* (1933), do também paulista e comunista Oswald de Andrade. A peça retrata com ironia devastadora a história de um industrial de velas que se arruína por empréstimos que não consegue pagar, contraídos ao imperialismo norte-americano. Oswald aborda a condição subdesenvolvida do país, alvo de uma mentalidade a seu ver submissa e erigida sobre aparências.



O elenco de 'O Rei da Vela' posa com figurinos e no cenário feitos por Hélio Eichbauer, em 1972
(Foto Carlos. Cedoci/Funarte)

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/imagens/page/94>>. Acesso em: 21/10/2014.

17 — CELSO FURTADO E OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO



55

Celso Furtado

O autor a ser lido para esta aula é considerado o principal teórico do subdesenvolvimento brasileiro: Celso Furtado (1920 — 2004).

Um dos principais economistas brasileiros, Celso Furtado foi um dos expoentes da famosa CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, criada pela ONU em 1949) e desenvolveu, ao longo dos anos 50, um inovador método histórico-estrutural para explicar economias capitalistas subdesenvolvidas como a brasileira.

A essa dimensão acadêmica, Celso Furtado associou uma importante trajetória como administrador público e ator político, tendo sido diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), do Nordeste (BNDE), criador e Superintendente da SUDENE e ministro do Planejamento de João Goulart. As suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiram das doutrinas econômicas dominantes em sua época e estimularam a adoção de políticas estatais intervencionistas sobre o funcionamento e rumos da economia.

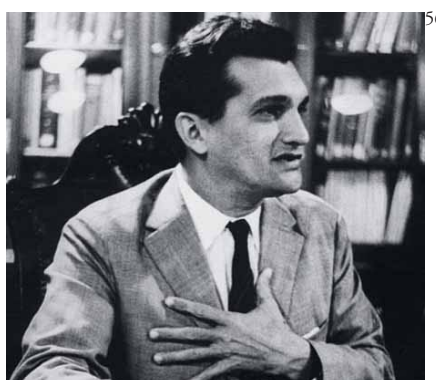
Suas principais obras sublinham a necessidade de implementação de profundas reformas estruturais, rejeitando, porém, a alternativa revolucionária ao estilo soviético.

Os países subdesenvolvidos tiveram, segundo Furtado, um processo de industrialização indireto, ou seja, como consequência do desenvolvimento dos países industrializados.

Este processo histórico específico do Brasil criou uma industrialização dependente dos países já desenvolvidos e, portanto, não poderia jamais ser superado sem uma forte intervenção estatal que redirecionasse o excedente, até então destinado às classes altas, e não para investimentos no setor produtivo. É importante ressaltar que isto não significava uma transformação do sistema produtivo por completo, mas um redirecionamento da política econômica e social do país que levasse em conta o verdadeiro desenvolvimento social.

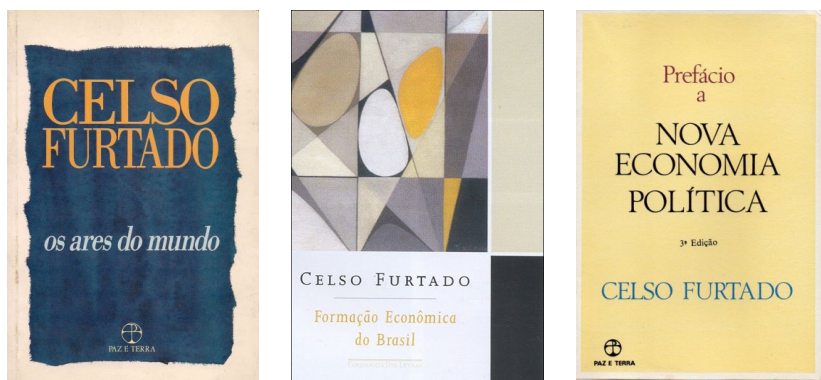
⁵⁵ Disponível em: <<http://www.centro-celsofurtado.org.br/>>. Acessado em: 21/10/2014.

Quem foi Celso Furtado? Economista e um dos mais renomados intelectuais brasileiros do século XX. Em 1939, muda-se da sua terra natal, a Paraíba, para o Rio de Janeiro onde, no ano seguinte, ingressa na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para cursar o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1944 foi convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), servindo na Itália. Em 1946, começou o doutorado em economia na Universidade de Paris-Sorbonne, concluído em 1948 com uma tese sobre a economia brasileira no período colonial. De volta ao Brasil, foi trabalhar na DASP e na Fundação Getúlio Vargas. Em meados de abril de 1964 foi para Santiago do Chile, a convite do Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (IlDES), ligado à Cepal. No ano seguinte mudou-se para New Haven (USA), assumindo o cargo de pesquisador do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Dedicou-se ao ensino e a pesquisa nas universidades de Yale, Harvard, Columbia (USA), Cambridge (BG) e Sorbonne (França). Assumiu a cátedra de professor efetivo da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris (Sorbonne), permanecendo nos quadros da dessa renomada instituição por vinte anos.



Quem desejar saber mais sobre as idéias de Celso Furtado, consultar:
a) *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999; b) *A economia latino-americana*. São Paulo: Cia da Letras, 2007; c) *Formação Econômica do Brasil*. Companhia das Letras, 2009 (Edição comemorativa de 50 anos dessa obra). Outra opção para quem se interessar sobre a vida e obra de Celso Furtado é visitar o site da biblioteca que leva o seu nome: www.bibliotecacelsofurtado.org.br.

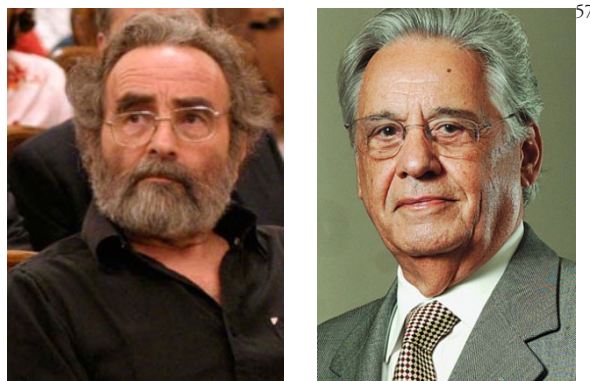
⁵⁶ Disponível em: <<http://www.centro-celsofurtado.org.br/>>. Acessado em: 21/10/2014.



Além da vida acadêmica e intelectual de Celso Furtado, marcada pela produção de clássicos sobre a pesquisa e o ensino da economia, devemos destacar que ele:

- a) presidiu a elaboração do plano de metas de JK;
- b) foi Ministro do Planejamento do Governo João Goulart (1962) e da Cultura do Governo Sarney. Celso Furtado;
- c) o principal teórico do subdesenvolvimento no Brasil.
- d) No ano de 1979, depois de anistiado, e com a redemocratização do Brasil, retornou à militância política, conciliando essa atividade com suas tarefas acadêmicas como diretor de pesquisas da Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris);
- e) No início dos anos 80, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB);
- f) Em 1985 foi convidado a participar da Comissão que elaborou o Plano de Ação do Governo de Tancredo Neves, e em seguida é nomeado Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia;
- g) Durante o tempo em que esteve à frente do Ministério da Cultura (86/88), no governo José Sarney, participou da criação da primeira lei brasileira de incentivos fiscais à cultura;
- i) Em 1977, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

15 — TEORIA DA NOVA DEPENDÊNCIA: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ENZO FALETTO



Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso

Ainda no âmbito da proeminente CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina —, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto iniciam, em conjunto, um trabalho crítico a algumas das formulações teóricas correntes sobre o desenvolvimento e sobre a questão da dependência no âmbito do sistema capitalista.

Até a década de 1950, as condições estruturais e de conjuntura favoráveis propiciaram o fortalecimento da ideia de que o desenvolvimento dependia, principalmente, da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeria. Quando, no início da década de 1960, o processo de substituição de importações na indústria brasileira alcançou a fase de implantação de bens de capital e, em vez de continuar a crescer, entrou em um período de estagnação econômica, a onda de otimismo se interrompeu. Surgiu, então, um grande questionamento: faltavam condições institucionais e sociais que permitiriam que as condições econômicas favoráveis se traduzissem em desenvolvimento efetivo ou seria o desenvolvimento irrealizável?

Autores da CEPAL, como Marini, Prebisch e o próprio Celso Furtado, trataram da questão do desenvolvimento e da estagnação a partir do ponto de vista econômico. As principais teses “cepalinas” sustentaram que o fato de países da América Latina ocuparem posições ou condições periféricas no sistema capitalista internacional é a razão de sua dependência. Essa explicação economicista e polarizadora passa a ser duramente criticada pelos autores de “Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica”, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Nesta obra, os autores não se propõem a fazer uma teoria geral sobre a dependência econômica, mas uma análise de situações concretas de dependência.

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.flaco.org.br/>> e <<http://www.ifhc.org.br/>>. Acessado em: 28/11/2014.

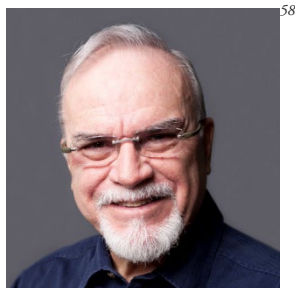
FHC e Enzo Faletto refutam a tese vigente de que dependência levaria necessariamente à estagnação, de forma a provocar um colapso no sistema e deixando como única opção para o desenvolvimento a revolução socialista. Utilizando-se do método histórico-estrutural que articula ação e estrutura, eles apontam que a questão do desenvolvimento deixa de ser puramente econômica para ser de luta política. Para eles, as raízes da fragilidade do crescimento brasileiro são de dimensão política. De acordo com esta perspectiva, o crescimento econômico não seria capaz de gerar, em nenhuma circunstância, os mesmos resultados em todos os setores econômicos e sociais. Isto porque, internamente, nenhuma sociedade é homogênea ou experimenta o crescimento da mesma forma. Para os autores, é preciso ter em vista que existem grupos sociais com interesses diferentes e em disputa e que cada grupo tem e faz uso de diferentes meios para tentar impor a realização de seus interesses particulares.

Segundo a visão dos autores, a dinâmica do capitalismo se dá de forma desigual de sociedade para sociedade, mas sempre de modo integrado e combinado. Dessa forma, haveria sim possibilidade de desenvolvimento no contexto da dependência. Ainda que a questão da dependência, ao fim e ao cabo, não seja completamente redefinida, os autores argumentam que há setores nacionais que podem se interligar com setores internacionais análogos e de forma em nada subordinada. Esses setores favoreceriam o desenvolvimento nacional e a condição dependente do país como um todo não impediria que eles se tornassem setores dinâmicos e de destaque.

Em resumo, a estagnação poderia sim ser superada num quadro de capitalismo dependente e associado. Além disso, os autores destacam a inexistência de qualquer desenvolvimento nacional homogêneo, do ponto de vista da economia. Daí a importância da política interna na nova teoria da dependência.

A obra de Fernando Henrique e Enzo Faletto transforma a visão da dependência estudada em alguns dos grandes intérpretes do Brasil. A visão por eles apresentada deixa de pressupor a existência de dois polos, um centro e uma periferia, que pressupõem uma separação completa e uma homogeneidade interna que não existem empiricamente. Por isso, é uma interpretação que se apresenta como alternativa. Na teoria da dependência, está em jogo o papel do Estado, dado de acordo com a correlação de forças entre três instâncias de coordenação da vida social: ele próprio, a sociedade civil organizada e a esfera do mercado.

18 — ROBERTO DAMATTA E O QUE FAZ DO BRASIL, O BRASIL?



Roberto DaMatta.

O que faz do Brasil o Brasil? O texto a ser discutido nesta aula traz a perspectiva inovadora do antropólogo Roberto DaMatta sobre os fenômenos que singularizam a sociedade brasileira.

O tema central do pensamento de DaMatta desse texto é o dilema entre tendências hierarquizantes e individualistas presentes na sociedade brasileira. Em seu livro “Carnavais, Malandros e Heróis”, o antropólogo analisa relações do universo social brasileiro, em especial aquelas que incluem o “jeitinho” e o “você sabe com quem está falando?”. Segundo DaMatta, um dos dilemas basilares da sociedade brasileira é o conflito constante entre a noção de indivíduo e a noção de pessoa, categorias que refletem duas vertentes ideológicas, a do individualismo e a da hierarquia social, e lógicas, a da rua / do público e a da casa / do privado.

A partir de diversos exemplos do material empírico fornecido pela pesquisa de DaMatta, os alunos serão instigados a pensar nessas duas práticas como mecanismos de transmutação de indivíduos em pessoas, em situações de conflito (dramas sociais). Ambas são estratégias de ação social válidas e expressivas na sociedade, podendo uma situação de jeitinho evoluir para uma situação de “você sabe...” e vice-versa.

DaMatta argumenta que a prática corriqueira do “jeitinho” representa o lado cordial do brasileiro, ou seja, aponta para tentativas de aproximação pessoal por meio da lógica dos afetos, uma tendência de viés igualitário que, no entanto, não elimina por completo as diferenciações sociais. Sua aplicabilidade é ampla, quando comparada a aplicabilidade da segunda prática analisada, a do “você sabe com quem está falando?”. Seu uso se dá através da barganha e da argumentação, e não da invocação à hierarquia. Seu uso é, portanto, democrático; qualquer um pode dar um “jeitinho”.

Entretanto, apesar de partir do pressuposto da igualdade, o jeito gera desigualdades, pois espelha relações de concessão a pessoas e não a classe de indivíduos, submetidos às mesmas regras e oportunidades. Em sala, os alunos debaterão a análise dessas práticas sociais e poderão traçar relações com as ideias de corrupção e favor.

⁵⁸ Disponível em: <<http://tinyurl.com/lbtcpf9>>. Acessado em: 21/10/2014.



A segunda locução tratada por DaMatta, “você sabe com quem está falando?”, expressa, por sua vez, a vertente antipática, hierárquica e autoritária da identidade do brasileiro. Esta expressão, argumenta o autor, tem como função “colocar cada um em seu devido lugar”. Ela tem por intuito separar as posições sociais, opondo-se à cordialidade do “jeitinho”. Ela ratifica as posições de desigualdade face ao anonimato das relações igualitárias, regidas pelas mesmas normas e leis. Os agentes, nesse caso, lançam mão de trunfos sociais como dinheiro, status, fama e parentesco para assegurar sua superioridade social. Em sala, os alunos poderão discutir as situações e os usos que diferentes grupos sociais podem fazer desta locução.

Por fim, os alunos fecharão o curso de Interpretações do Brasil refletindo sobre as diferentes análises do nosso sistema político e social, sobre o imaginário ora autoritário ora igualitário da sociedade brasileira, seus problemas sociais e contradições múltiplas. Concomitantemente à reflexão sobre a singularidade da sociedade brasileira, os alunos também estarão aptos a fazer comparações internacionais e históricas, que enriquecem o olhar crítico sobre o país.

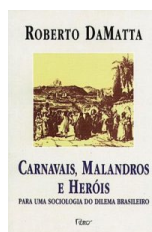
DaMatta descreve o dilema brasileiro da seguinte forma: *Não há brasileiro que não conheça o valor das relações sociais e que não as tenha utilizado como instrumentos de solução de problemas ao longo da sua vida. Não há brasileiro que nunca tenha usado o “você sabe com quem está falando?” diante da lei universal e do risco de uma universalização que acabaria transformando sua figura moral num mero número ou entidade anômica.*

Quem é Roberto DaMatta? Roberto Augusto DaMatta (1936) é um dos mais importantes e prestigiados antropólogos brasileiros. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1959 e 1962), Curso de especialização em Antropologia Social (Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1960); mestrado (*Master in Arts*) e doutorado (*PhD*) pela Universidade Harvard (1969 e 1971). Foi Chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e Coordenador do seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (1972 a 1976). É Professor Emérito da Universidade de Notre Dame, USA, onde ocupou a Cátedra Reverendo Edmund Joyce (1987 a 2004). Atualmente é professor titular da PUC do Rio de Janeiro.



Para conhecer um pouco mais sobre esse autor, consultar: a) DAMATTA, Roberto. “O Modo de Navegação social: a malandragem, o jeitinho e o “você saber com quem está falando”?. In. *O que é o Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004 (pág. 45/46); b) DAMATTA, Roberto. “O você sabe com quem está falando?” no Brasil e no USA. In. *Tocquevilleanas*. Notícias da América. Rio de Janeiro: Rocco, 2005 (pág. 263-265).

Sobre o emprego do jeitinho e dos “pistolões” — favores não legais — nos assuntos da administração da justiça e na cultura jurídica do nosso país, consultar: ROSEEN, Keith. *O jeito na cultura jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.



Quem desejar ler um comentário sobre as ideias de Roberto DaMatta, poderá consultar: BARBOSA, Livia. “O jeitinho e o ‘Você sabe com quem está falando’: uma comparação entre dois dramas sociais”, in: *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 73-81. [9p.]

Quem desejar ver e ouvir Roberto DaMatta expor suas interpretações sobre o Brasil, deve assistir ao documentário *Intérpretes do Brasil*, de Isa Grinspum Ferraz.

**CELSO CASTRO**

É Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre e Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Desde 1986 é pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/ Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, do qual é diretor. Atua no ensino de graduação e pós-graduação e dirige a coleção “Nova Biblioteca de Ciências Sociais” da editora Zahar. Tem experiência nas áreas de Antropologia e História do Brasil, atuando principalmente no estudo dos militares na sociedade e na história brasileiras. Também tem trabalhos publicados nas áreas de Teoria da Cultura e História do Turismo



FICHA TÉCNICA

Fundação Getúlio Vargas

Carlos Ivan Simonsen Leal
PRESIDENTE

FGV DIREITO RIO

Joaquim Falcão
DIRETOR

Sérgio Guerra
VICE-DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Rodrigo Vianna
VICE-DIRETOR ADMINISTRATIVO

Thiago Bottino do Amaral
COORDENADOR DA GRADUAÇÃO

André Pacheco Teixeira Mendes
COORDENADOR DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Cristina Nacif Alves
COORDENADORA DE ENSINO

Marília Araújo
COORDENADORA EXECUTIVA DA GRADUAÇÃO